



unimadeiras
A FLORESTA É A NOSSA VIDA

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO 2018



unimadeiras
A FLORESTA É A NOSSA VIDA



A FLORESTA

É A NOSSA VIDA

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

CARO ACIONISTA:

A Unimadeiras termina o ano 2018 mantendo uma posição cimeira no setor e reforçando a relevância do seu papel no fornecimento de material lenhoso, sobretudo madeira certificada, à indústria Portuguesa.

No ano em que se celebraram 44 anos desde a sua fundação, vários foram os desafios a ultrapassar. O mais marcante, sem dúvida, foi a gestão do excesso de madeira com origem de incêndio de 2017 no mercado e o consequente condicionamento dos fornecimentos, queda de preços e o fecho à receção de diversos clientes de madeira, em particular da fileira do pinho.

Ainda assim, a Unimadeiras manteve a sua capacidade de gerir os desafios e obter resultados em linha com os objetivos definidos, materializados na boa performance económico financeira ora demonstrada. Aliada a uma gestão eficaz e uma disciplina financeira rigorosa, a estratégia definida pela Administração permite-nos, hoje, um sistema de monitorização e controlo interno mais robusto, amplamente preparado para suportar os desvios de gestão face aos mais diversos riscos e imprevisibilidades típicas do setor. Superados os desafios deste período particularmente exigente, sabemos ter assegurado, com rigor e exigência, os mais legítimos interesses de produtores, fornecedores, clientes e acionistas. Mantendo, acima de tudo, o foco na nossa missão, alargámos a nossa área de atuação, garantimos a criação de mais postos e trabalho, reforçámos a contratualização de trabalhos a fornecedores externos de serviços e aumentámos significativamente o nosso contributo, quer para a expansão da

área com gestão florestal certificada em Portugal, quer para a redução dos acidentes de trabalhos e impactes ambientais, sobretudo pelo aumento de ações de formação especialmente vocacionada aos gestores, proprietários e trabalhadores florestais. Estamos certos da relevância do nosso contributo e da nossa capacidade de mobilização para a construção de uma floresta mais sustentável, rentável e segura.

Ambicionamos continuar a somar a experiência do nosso saber e a qualidade dos nossos serviços ao crescimento dos nossos fornecimentos.

Certos que em 2019 continuaremos condicionados por alguns estrangimentos de mercado, estamos, no entanto, seguros da eficiência e solidez da estrutura e da consolidação positiva dos objetivos estratégicos definidos.

Esta segurança do caminho de sucesso já traçado e da confiança de um futuro auspicioso, resultou, já em 2019, na atribuição de uma Medalha de Mérito Municipal – medalha de *Grau de Ouro* – à Unimadeiras, pela Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, pelo seu papel na dinamização da economia local e na criação de riqueza e prosperidade no território.

A Administração da Unimadeiras deixa, para terminar, uma nota de reconhecimento e apreço a todas as partes interessadas, pelo seu importante contributo na concretização plena da nossa estratégia de crescimento, integração, certificação e de sustentabilidade a que nos propusemos.

Cordiais saudações.

O Conselho de Administração da Unimadeiras

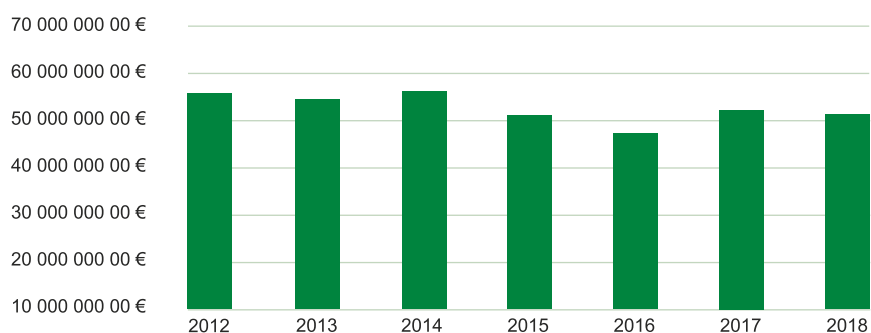
1. ANÁLISE COMERCIAL

1.1 VENDAS

O ano 2018 fica marcado por uma ligeira queda da faturação, totalizando 51 307.072,00 euros. Esta diminuição deveu-se, fundamentalmente, à instabilidade do mercado decorrente de:

- aumento da oferta de madeira proveniente dos fogos florestais de 2017,
- contingentação dos fornecimentos de madeira, em especial de pinho,
- encerramento de receção de madeira, em especial de pinho,
- baixa do preço da madeira de pinho à porta da fábrica, por excesso de oferta,
- aumento dos descontos de qualidade da madeira de eucalipto com casca.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS

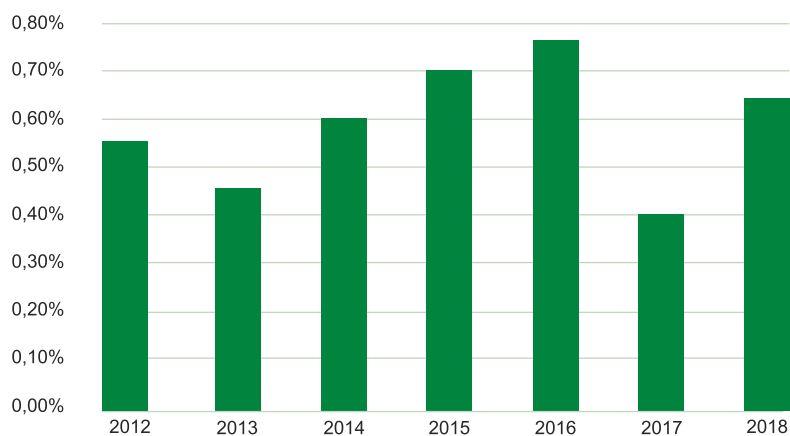


(valores em euros)

Relativamente ao ano anterior, registou-se uma queda de 2,3%.

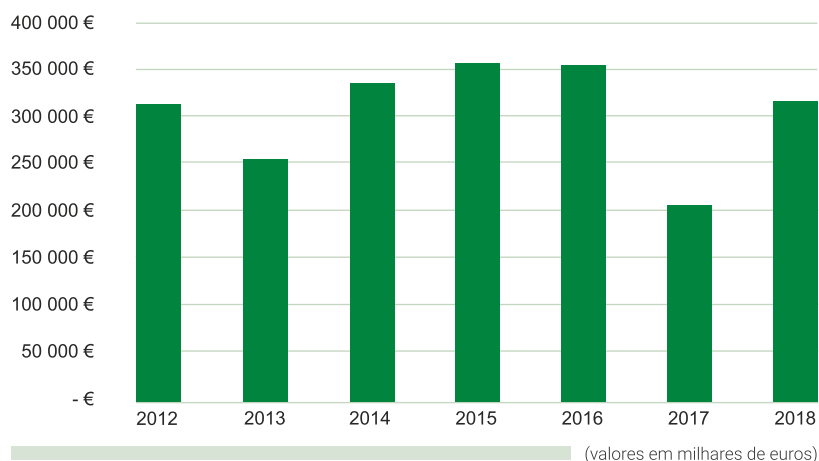
Por outro lado, a rentabilidade das vendas registou um aumento de 60% face ao ano anterior.

EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE DAS VENDAS



(valores em percentagem)

EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO



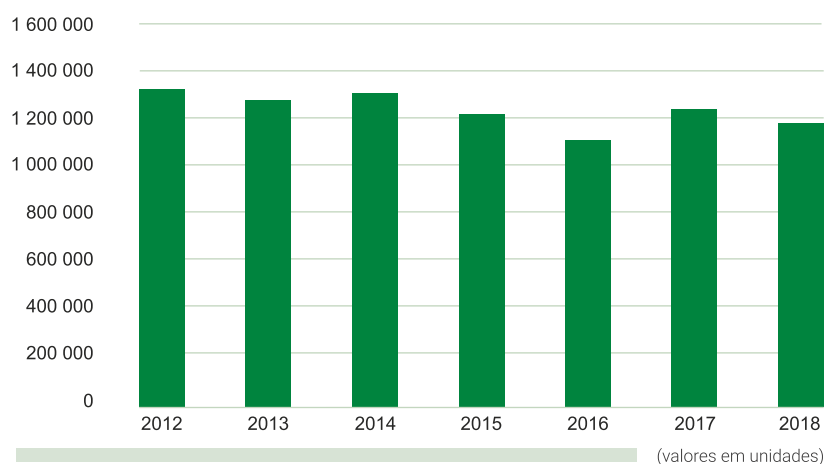
O resultado líquido do período atingiu 327.803 euros, valor considerado muito satisfatório, particularmente face à conjuntura de mercado no exercício em análise, que corresponde a um aumento de 56,9% face a 2017.

1.2 FORNECIMENTOS

Os fornecimentos registaram uma ligeira diminuição face ao ano anterior, em cerca de 3,4%.

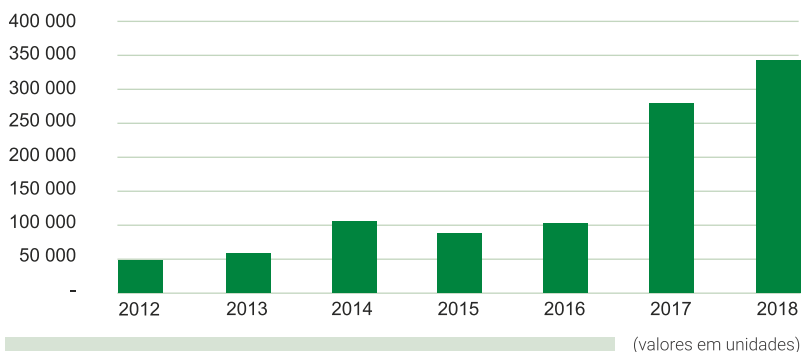
Na tabela seguinte analisa-se a evolução dos fornecimentos de madeira desde 2012.

EVOLUÇÃO DO FORNECIMENTO TOTAL DE MADEIRA



A tabela seguinte espelha a evolução dos fornecimentos de madeira certificada, registando-se, em 2018, um aumento de 24,5% face a 2017.

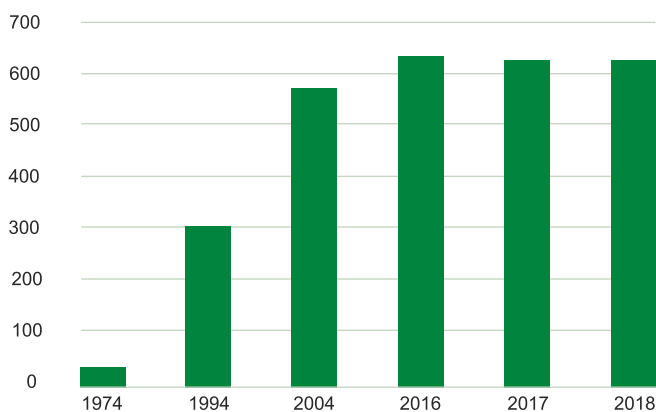
EVOLUÇÃO DO FORNECIMENTO DE MADEIRA CERTIFICADA



1.3 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ACIONISTA

O capital social da Unimadeiras mantém-se em 2 milhões de euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado. De acordo com os reajustes reportados à data de 31 de dezembro de 2018, verifica-se a manutenção do número de acionistas do ano anterior.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ACIONISTAS DA UNIMADEIRAS





2. BARÓMETRO

Uma vez mais, a Unimadeiras desenvolveu o inquérito de mercado a um universo de fornecedores de madeira e proprietários florestais, com o objetivo de tecer um balanço das atividades de gestão florestal, assim como de identificar os

principais obstáculos da atividade, as expetativas para o futuro e o grau de satisfação dos fornecedores face à gestão da Unimadeiras. O resultado deste estudo encontra-se espelhado na análise do barómetro que apresentamos seguidamente.

Relativamente aos resultados apurados para o ano 2018, é de destacar:

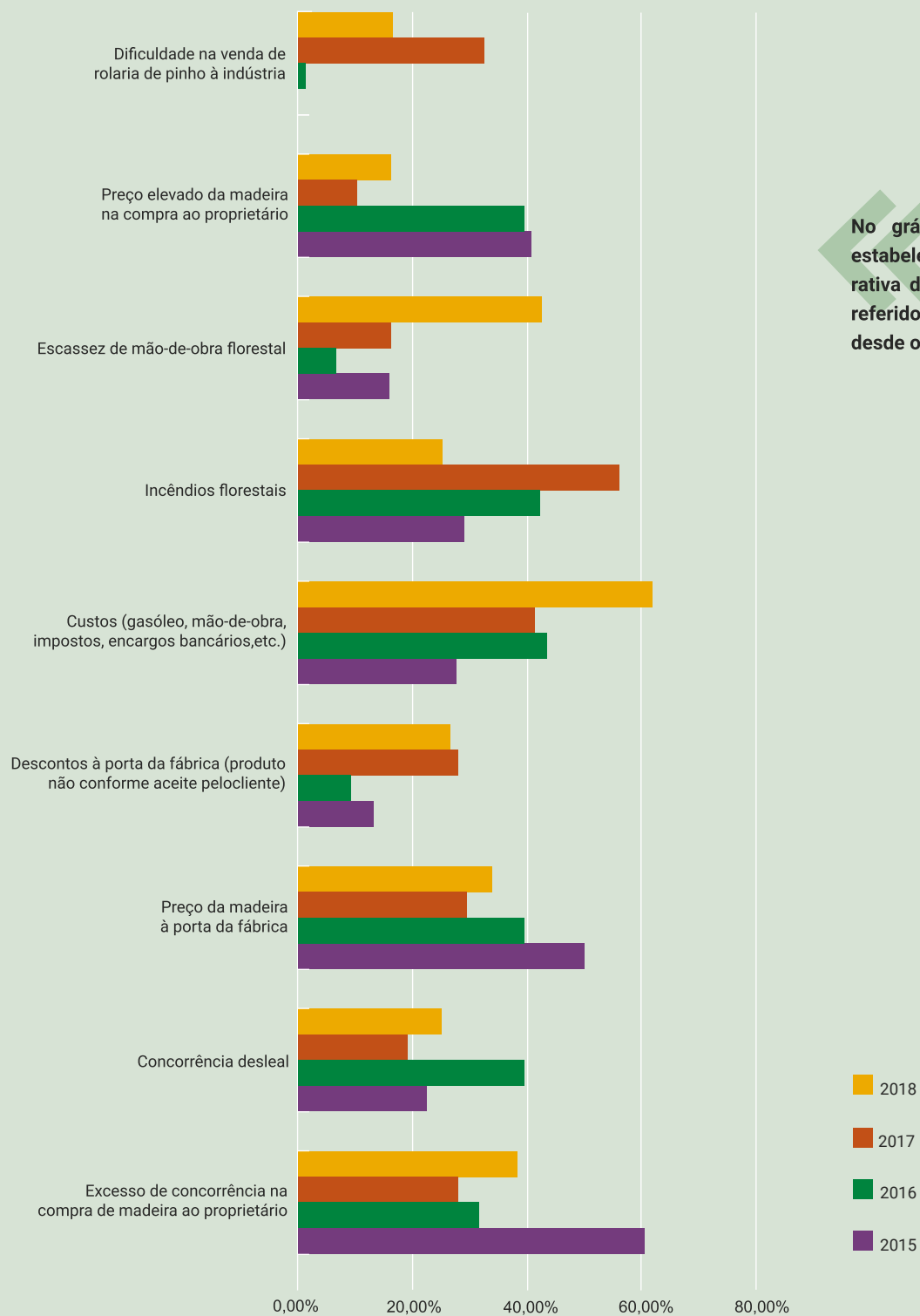
COMO RESULTADO NEGATIVO

- escassez de mão-de-obra florestal,
- aumento dos custos (em especial da mão-de-obra),
- preço elevado na compra da madeira ao proprietário.

COMO RESULTADO POSITIVO

- a diminuição dos prejuízos decorrentes de fogos florestais,
- o aumento da aquisição de novos equipamentos e máquinas florestais,
- a diminuição do número de acidentes de trabalho.

BARÓMETRO 2018



No gráfico seguinte podemos estabelecer uma análise comparativa dos principais obstáculos referidos pelos fornecedores, desde o ano 2015:

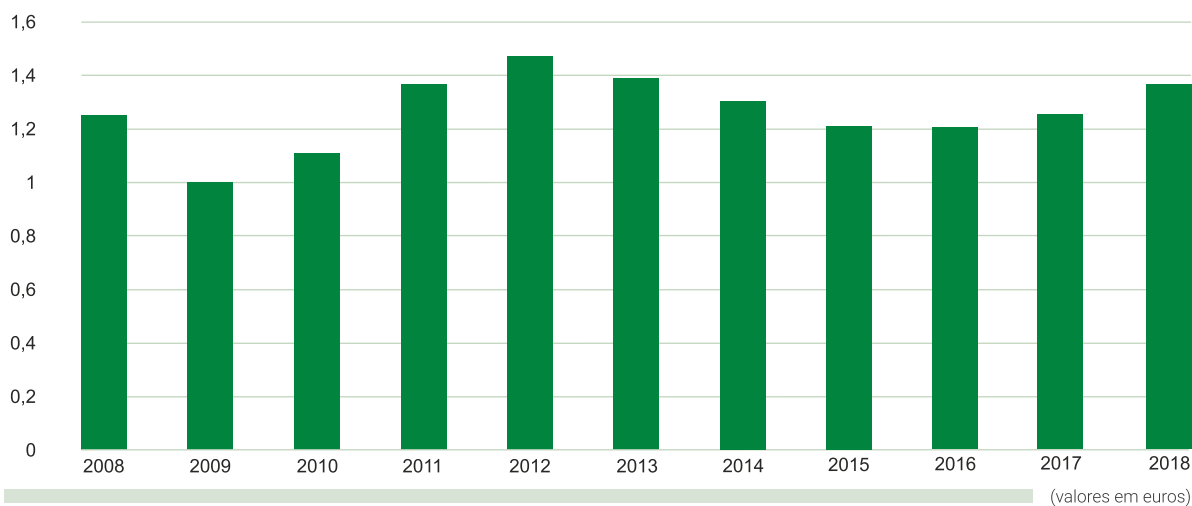
2.1 PRINCIPAIS OBSTÁCULOS

Relativamente aos principais obstáculos, em 2018 foram apurados os seguintes dados:

1. aumento dos custos
2. escassez de mão-de-obra
3. excesso de concorrência na compra da madeira
4. preço baixo da madeira à porta da fábrica

Relativamente aos custos, no gráfico seguinte podemos observar a evolução do preço do gasóleo rodoviário desde 2008 (dados da DGEG) verificando-se uma subida da média em 8,7%, face ao ano transato.

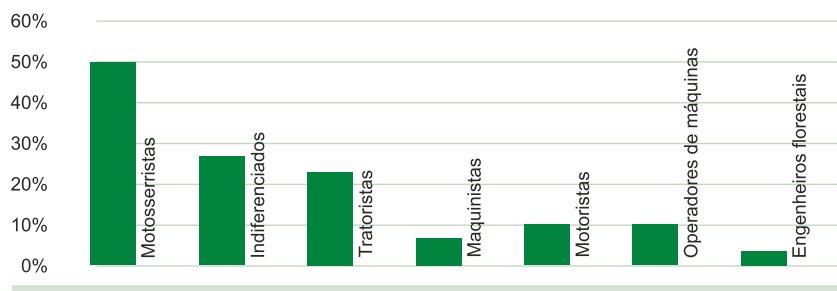
EVOLUÇÃO DO PREÇO MÉDIO DO GASOLEO EM PORTUGAL CONTINENTAL



A escassez de mão-de-obra, a falta de madeira verde e o excesso de concorrência que, de uma forma direta, promove o aumento do preço da madeira na compra ao proprietário, complementam um quadro acrescido de dificuldades ao desenvolvimento da atividade.

Relativamente à mão-de-obra florestal, é de sublinhar que 44,20% dos inquiridos contrataram trabalhadores em 2018. O gráfico abaixo demonstra as principais funções dos trabalhadores contratados:

PERCENTAGEM DE NOVAS CONTRATAÇÕES, POR FUNÇÃO

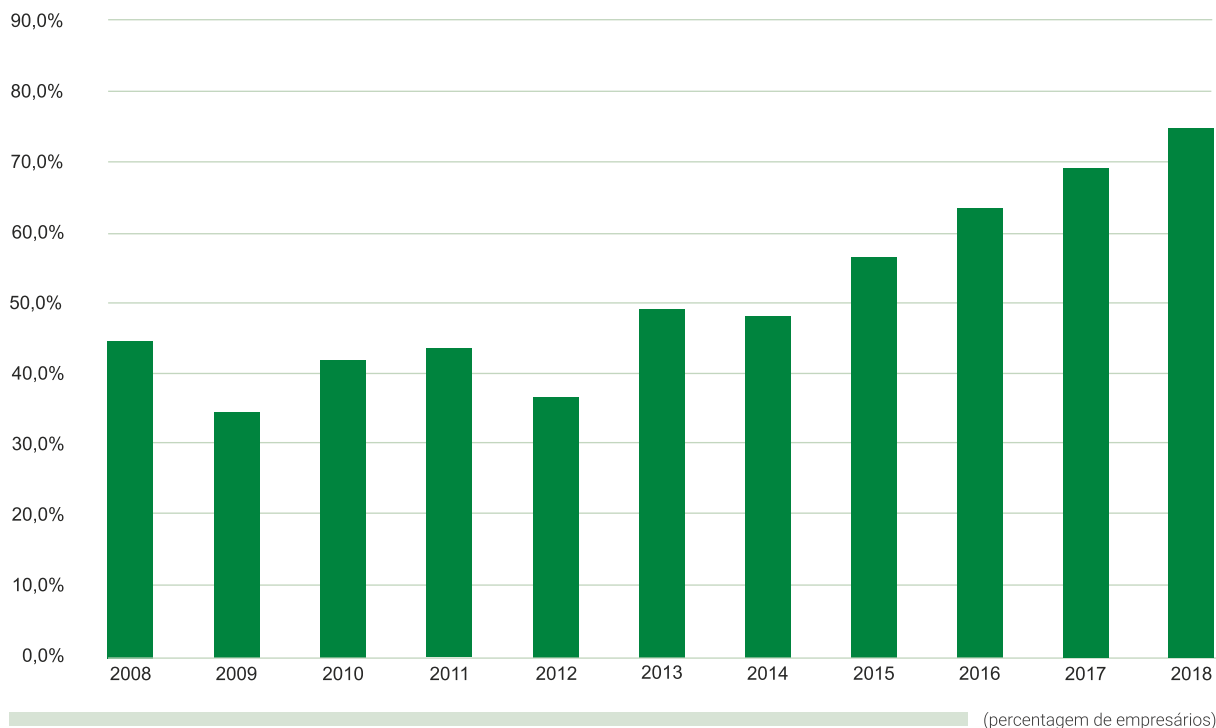


2.2 EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS FLORESTAIS

Desde 2015, sobretudo devido à gradual escassez de mão-de-obra, registamos um aumento consistente do volume de investimentos em máquinas e equipamentos florestais.

Em 2018, face a 2017, verificamos uma subida de 8% desta percentagem.

INVESTIMENTO EM EQUIPAMENTOS FLORESTAIS



É de salientar, ainda, que mais de 44% dos inquiridos pretende adquirir mais equipamentos em 2019, sobretudo equipamentos de corte de madeira, tratores, giratória/ harvester com cabeça de corte e guas.

2.3 EVOLUÇÃO DE PERDAS E PREJUÍZOS

INCÊNDIOS FLORESTAIS, ACIDENTES DE TRABALHO, ROUBOS

2.3.1 INCÊNDIOS FLORESTAIS

Dados do *Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas* (ainda provisórios à presente data) revelam que, no período compreendido entre 1 de janeiro e 15 de setembro de 2018, ocorreram um total de 9725 incêndios, que resultaram em 38.223 hectares de área ardida, entre povoamentos (20.626 hectares), matos (14.979 hectares) e agricultura (2.618 hectares).

Comparando os valores do ano de 2018 com o histórico dos 10

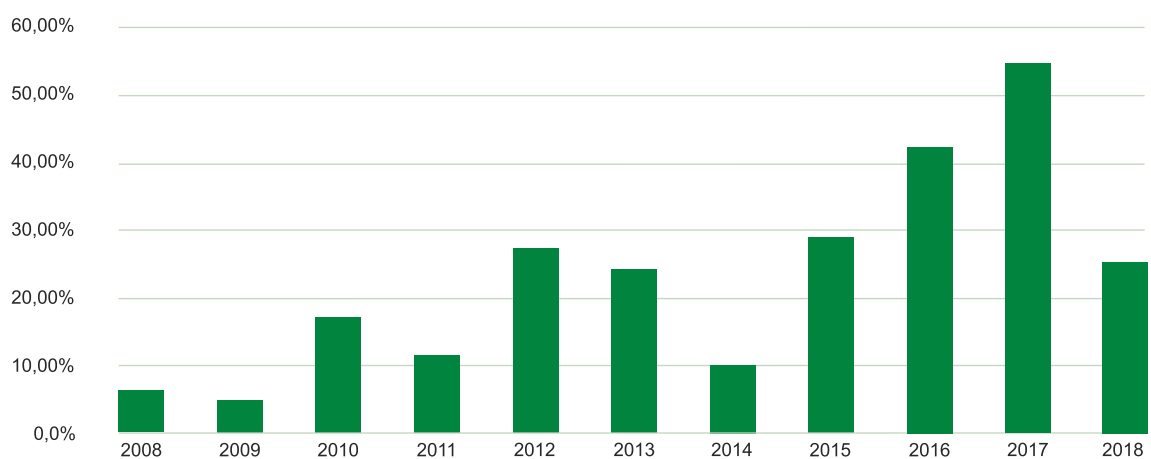
anos anteriores, verifica-se que se registaram menos 44% de incêndios rurais e menos 63% de área ardida relativamente à média anual para o período.

O ano de 2018 apresenta, até ao dia 15 de setembro, o segundo valor mais reduzido em número de ocorrências e o terceiro valor mais reduzido de área ardida, desde 2008.

PERÍODO EM ANÁLISE	Número de ocorrências	Total de área ardida (hectares) no período
Ano 2015	15 851	64 412
Ano 2016	13 261	161 522
Entre 01.01.2017 e 16.10.2017 (dados ainda provisórios)	16 613	418 087
Entre 01.01.2018 e 15.09.2018 (dados ainda provisórios)	9 725	38 223

Relativamente ao universo de inquiridos, verificou-se que 25% registou prejuízos com incêndios florestais. Esta redução, a acompanhar a tendência nacional de redução de ocorrências e de área afetada, corresponde a uma queda de 56% face a 2017.

PREJUÍZOS DECORRENTES DE INCÊNDIOS FLORESTAIS



(valores em percentagem de afetados)

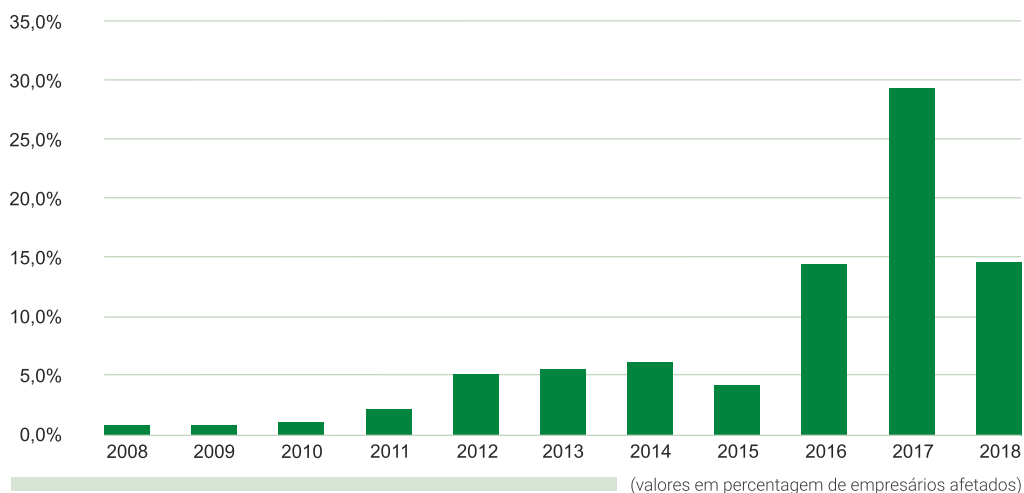
A percentagem de inquiridos que menciona prejuízos com madeira cortada e em pilha, comprada a terceiros, sofreu uma queda muito significativa.

Após valores nunca anteriormente atingidos em 2017, em 2018 verificou-se uma redução em mais de 50%.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução da percentagem de inquiridos com prejuízos, desde 2008.



PERDA TOTAL DE MADEIRA CORTADA E EM PILHA



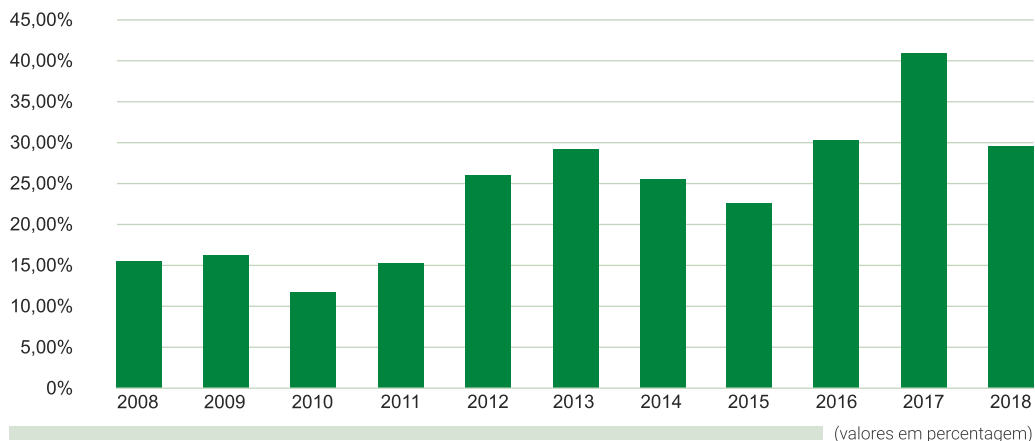
2.3.2 ACIDENTES DE TRABALHO

Cerca de 30% dos inquiridos reportou a ocorrência de acidentes de trabalho com baixa médica, o que corresponde a uma queda de 28% da percentagem de ocorrências, em relação ao ano 2017.

Estes valores devem-se, fundamentalmente:

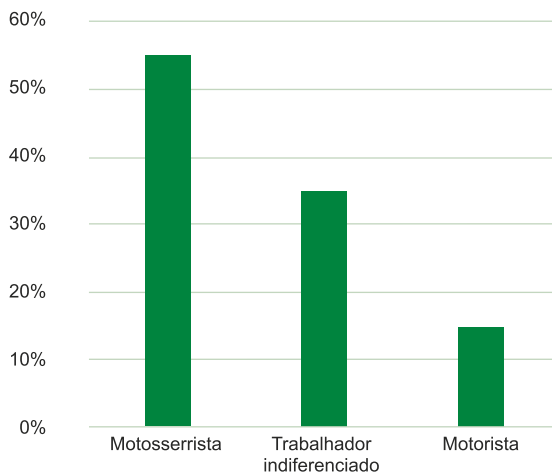
- ao aumento dos fornecimento de madeira certificada,
- ao aumento das explorações de madeira com recurso a máquinas florestais.

EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO



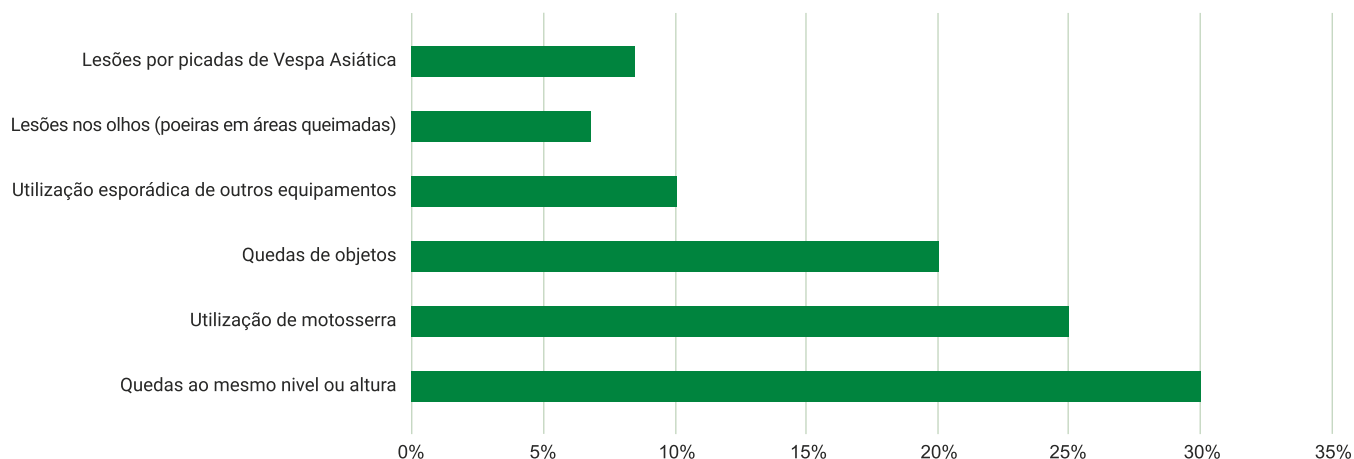
As principais funções dos trabalhadores acidentados continuam a ser, essencialmente, as de motosserristas e de trabalhadores indiferenciados.

CARACTERIZAÇÃO DA FUNÇÃO ACIDENTADO



A utilização da motosserra, as quedas ao mesmo nível ou em altura, a queda de objetos e a utilização de outros equipamentos que não os habituais continuam a ser as causas mais frequentes dos acidentes.

TIPOLOGIA DA CAUSA DO ACIDENTE



Apesar da redução verificada, a percentagem de acidentes continua num registo elevado, não obstante o contínuo investimento da Unimadeiras na realização de ações de formação gratuitas, específicas para a atividade florestal.

Em 2018 foram apuradas duas novas causas de acidentes, nunca anteriormente mencionadas:

→ lesões nos olhos pela realização de trabalhos em áreas queimadas.

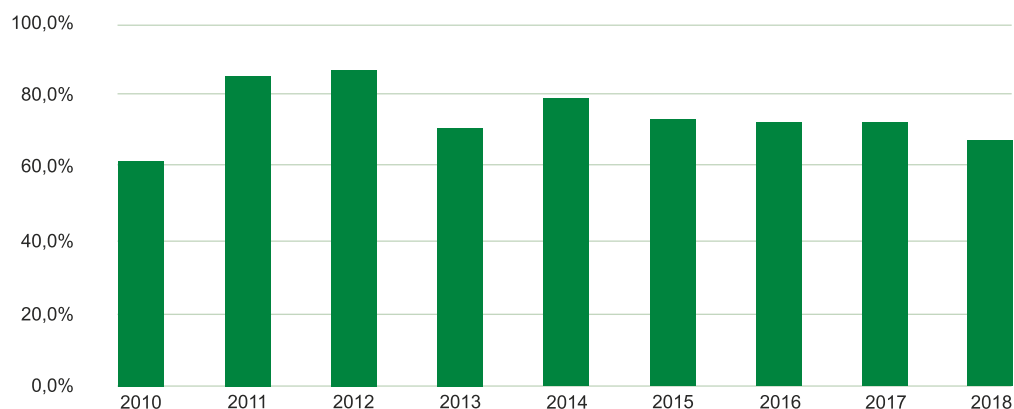
→ lesões por picadas de Vespa Asiática.

2.3.2 ROUBOS

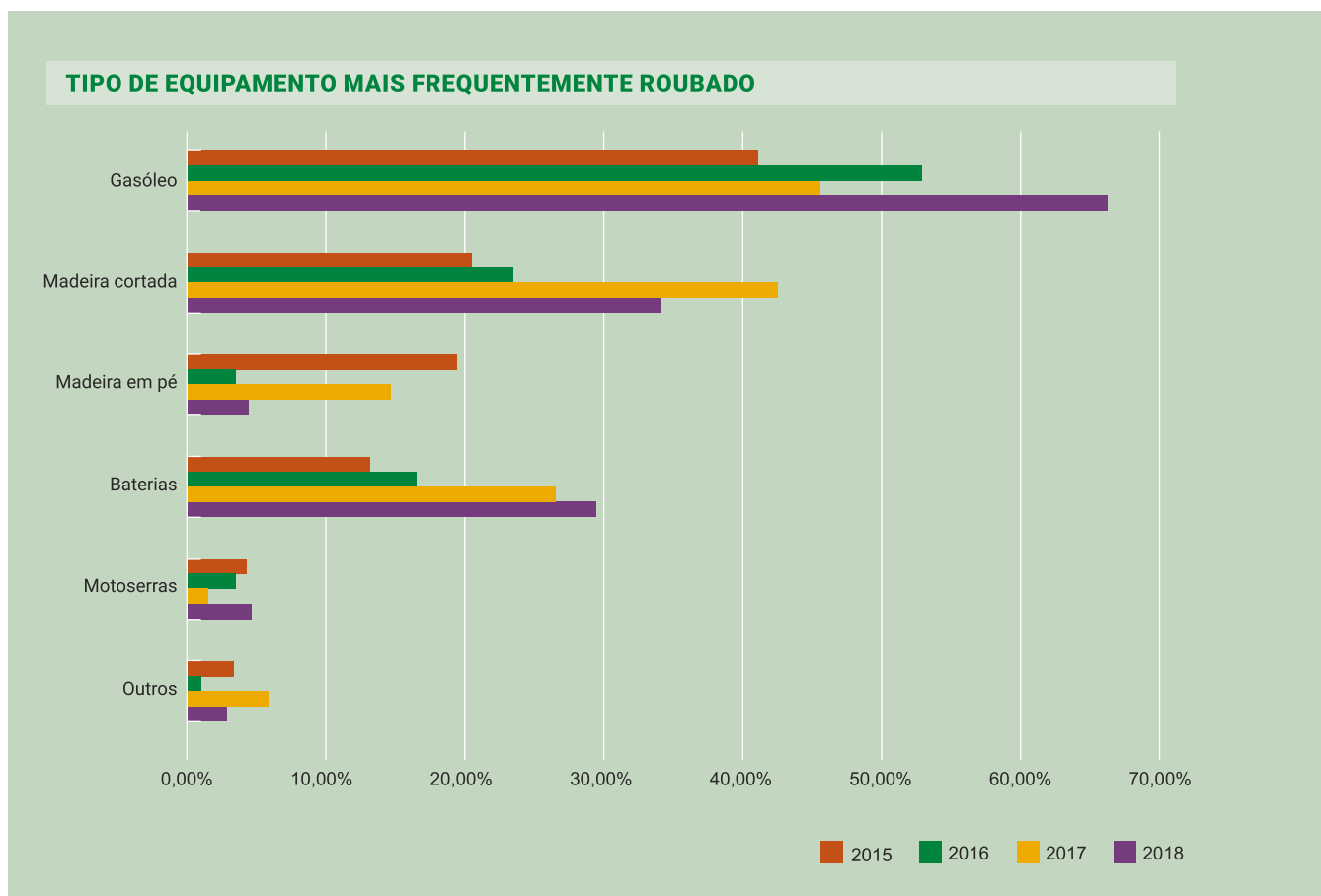
A percentagem de prejuízos por roubo, não obstante algumas variações, tem vindo a manter-se em alta desde o ano 2011.

Comparativamente com o ano anterior, em 2018 registou-se uma ligeira queda em cerca de 5,6%

PERCENTAGEM DE EMPRESÁRIOS VÍTIMAS DE ROUBO



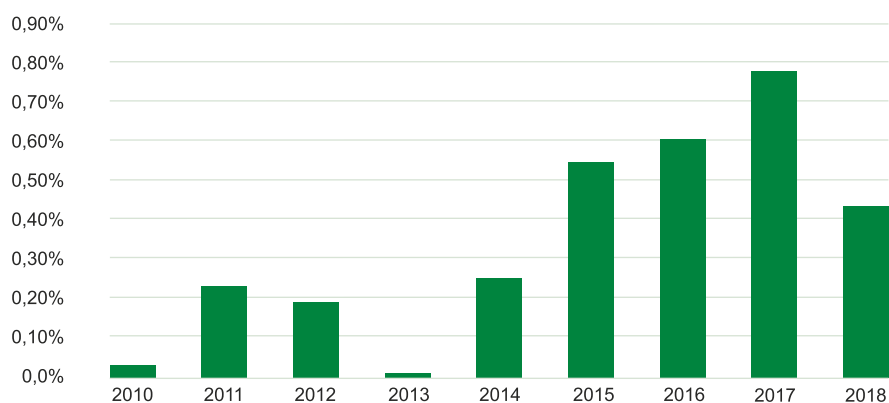
Os principais alvos de roubo continuam a ser, maioritariamente, o gasóleo, a madeira cortada e em pilha, as baterias e as motosserras. Com expressão mais significativa, verifica-se um aumento evidente da percentagem de inquiridos que reportam o roubo de gasóleo.



3. CONFORMIDADE DO PRODUTO FORNECIDO A CLIENTES

Relativamente ao fornecimento de produto não conforme, verificou-se uma redução expressiva do número de cargas de madeira de eucalipto sem casca em incumprimento das especificações dos clientes. Face aos resultados do ano transato, a média de descontos nesta madeira diminuiu de 44%.

CONFORMIDADE DO PRODUTO FORNECIDO EVOLUÇÃO DA MÉDIA DE DESCONTOS MADEIRA DE EUCALIPTO SEM CASCA

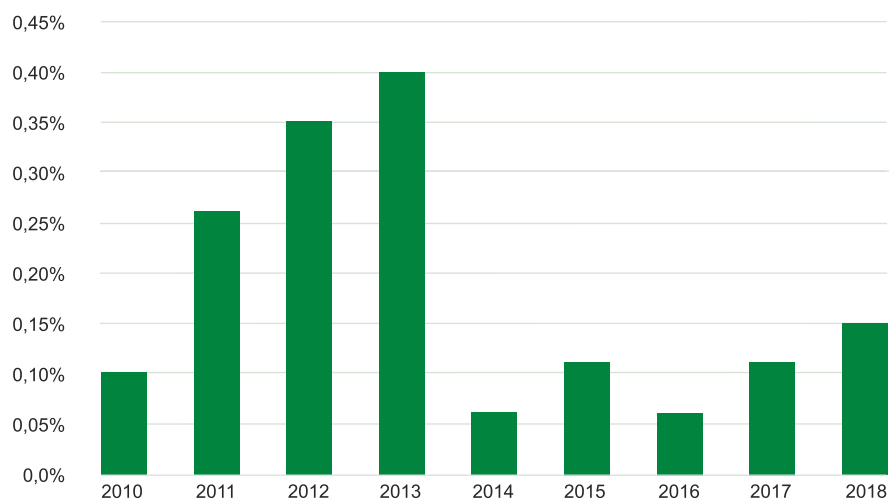


OS FATORES DE DESCONTO MAIS SIGNIFICATIVOS FORAM OS SEGUINTE:

- Rolaria mal descascada (77%)
- Rolos finos (8,7%)
- Rolos apodrecidos ou bichados (5%)

No que respeita a madeira com casca, verificou-se que a média de descontos aumentou 36%.

CONFORMIDADE DO PRODUTO FORNECIDO EVOLUÇÃO DA MÉDIA DE DESCONTOS MADEIRA DE EUCALIPTO COM CASCA



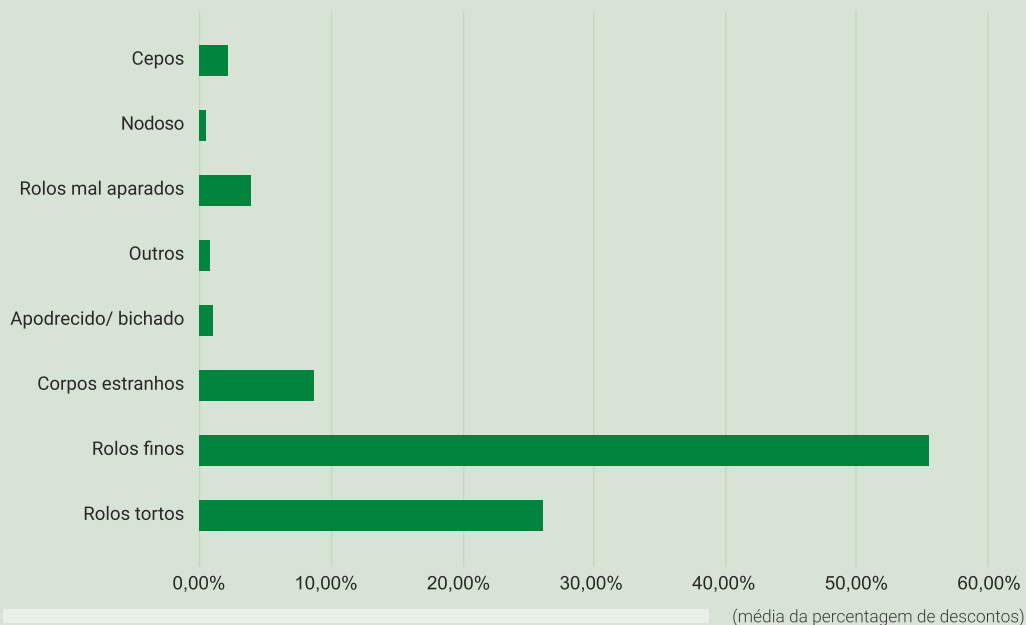
NESTE CASO, OS FATORES DE DESCONTO MAIS SIGNIFICATIVOS FORAM OS SEGUINTE:

- Rolos finos (55,7%)
- Rolos tortos (26,2%)
- Corpos estranhos (7,4%)

Nos gráficos seguintes podemos observar a percentagem de descontos atribuídos à madeira de eucalipto com e sem casca, escalonada por motivo de desconto. Em análise, podemos concluir que os descontos atribuídos prendem-se, fundamentalmente, com o fornecimento de madeira proveniente de áreas ardidas.

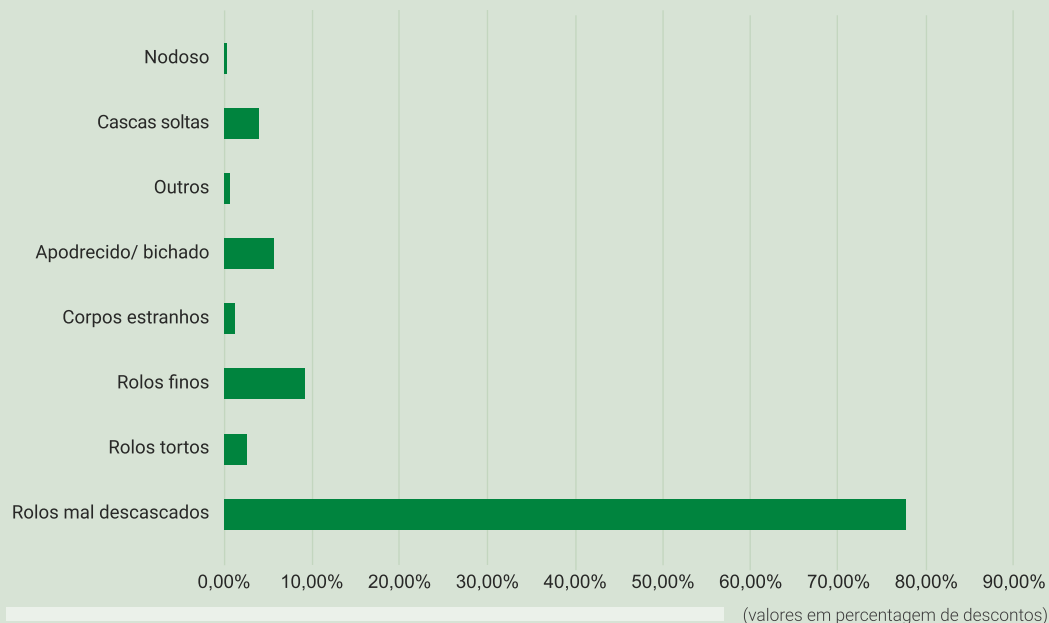
Relativamente à madeira com casca, é expressiva a percentagem de cargas com desconto na madeira fina, resultado de cortes prematuros.

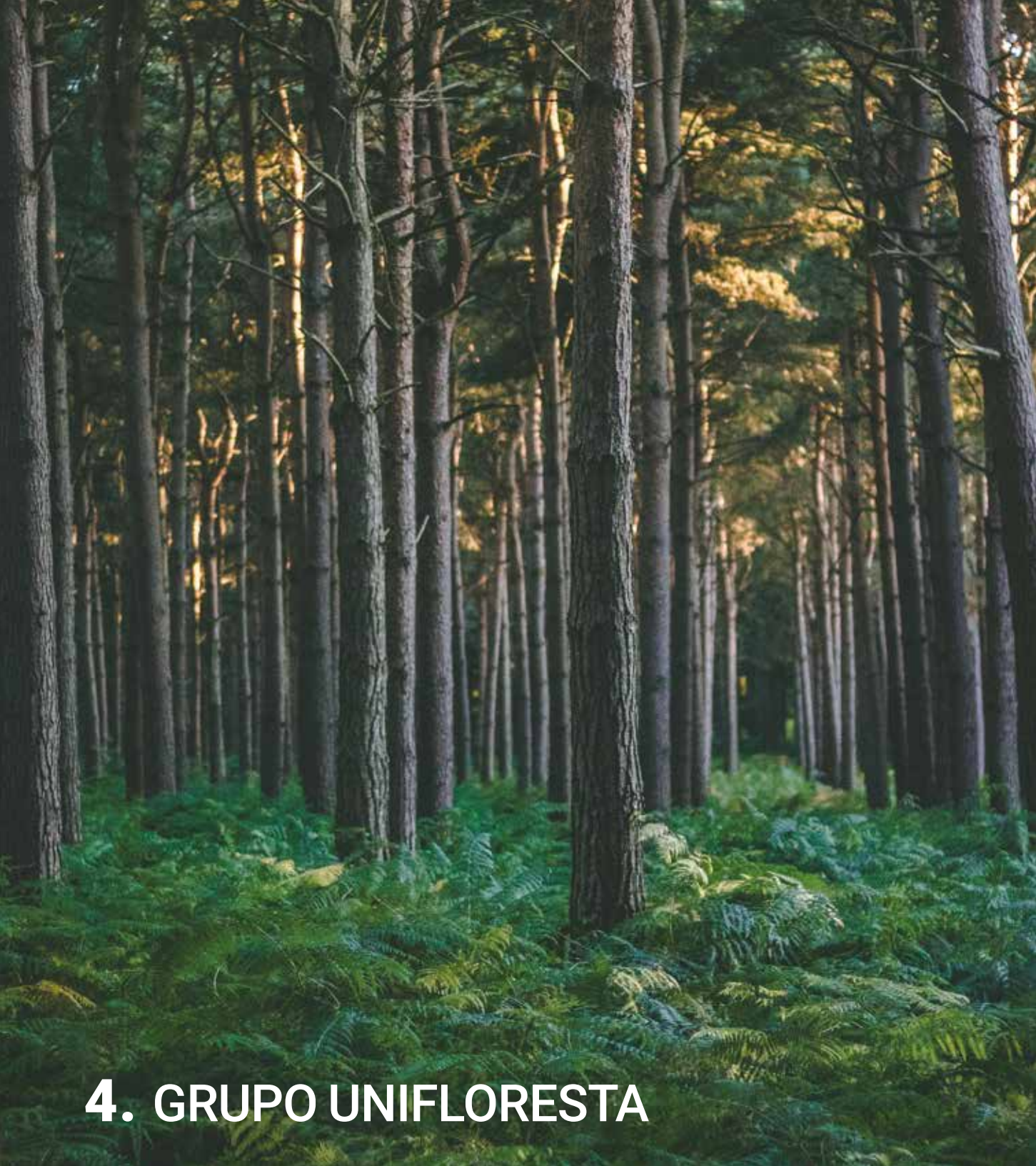
MOTIVO DE DESCONTOS EM 2018 MADEIRA DE EUCALIPTO COM CASCA



No que respeita à madeira de eucalipto sem casca, ressalta a incidência de descontos relativos à qualidade do descasque, em consequência do aumento de madeira proveniente de incêndio.

MOTIVO DE DESCONTOS EM 2018 MADEIRA DE EUCALIPTO SEM CASCA





4. GRUPO UNIFLORESTA

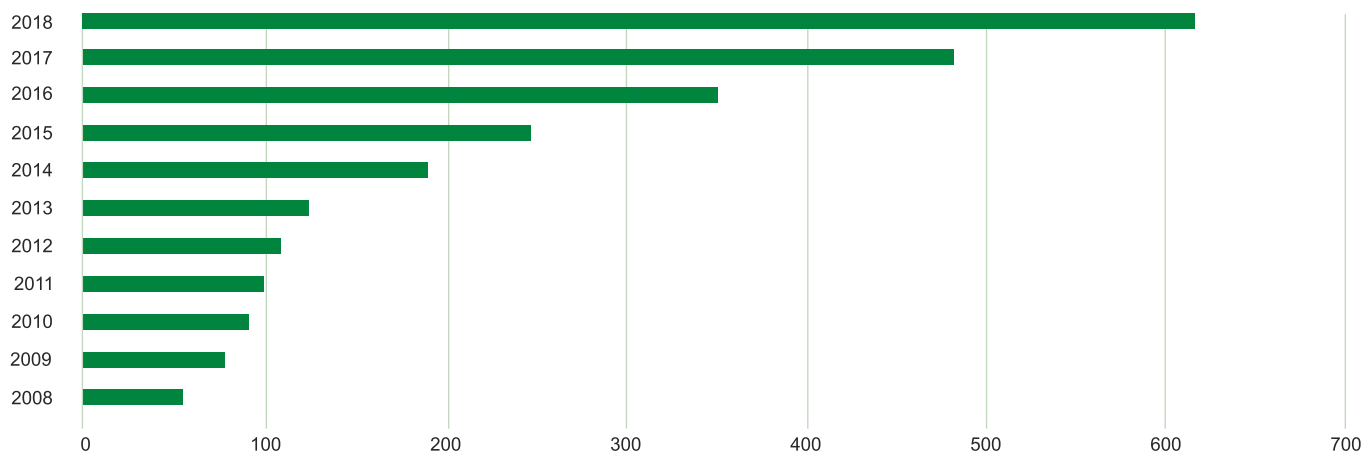
4.1 EVOLUÇÃO DE MEMBROS E DA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL

Em 2018, o grupo Unifloresta registou um aumento de 139 membros, somando agora um total de 617 membros.

A área certificada aumentou para 17566 hectares, subdividida em 9472 parcelas.

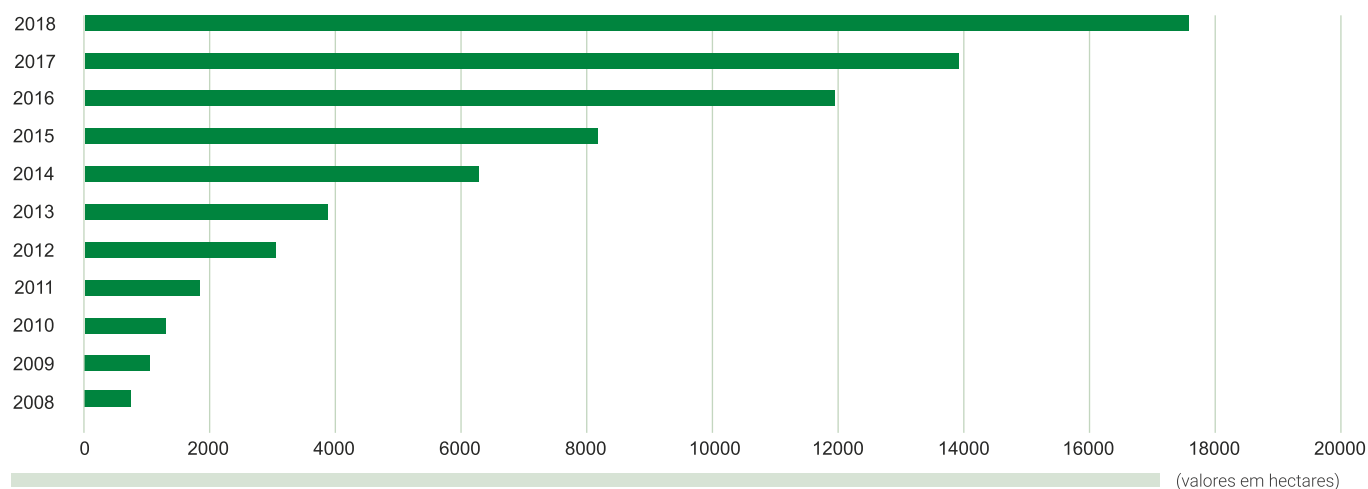
Como podemos verificar no gráfico seguinte, o número de membros do grupo Unifloresta tem evoluído a um ritmo constante, numa média anual de crescimento de cerca de 28%.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS



Relativamente à área certificada, a média anual de crescimento cifra-se em 38%.

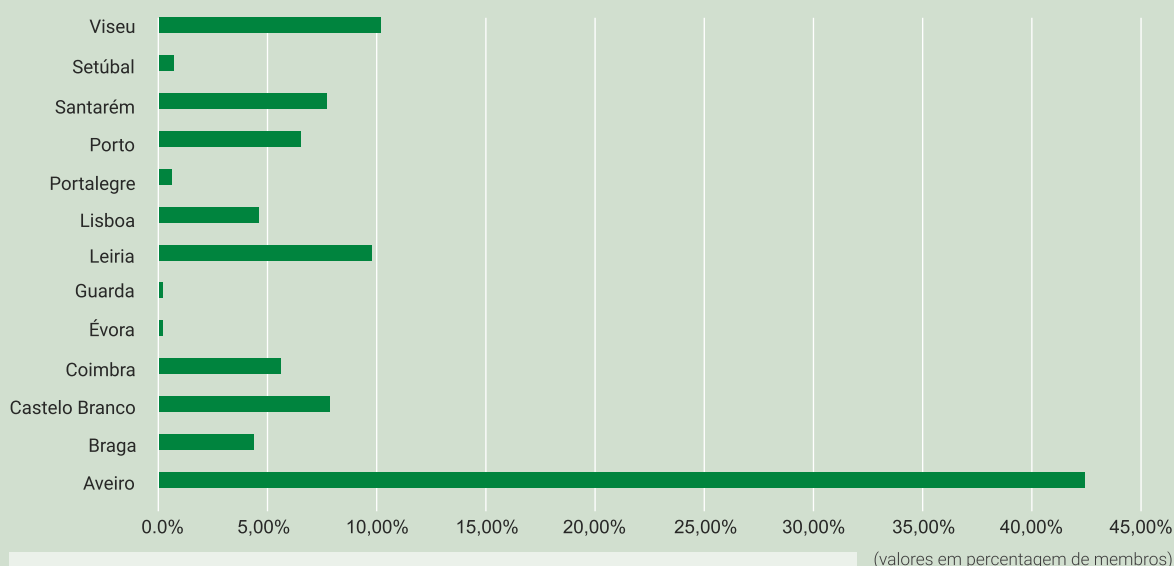
EVOLUÇÃO DA ÁREA



No gráfico abaixo podemos verificar a dispersão de membros do grupo por distrito, ressaltando uma clara incidência no distrito de Aveiro:

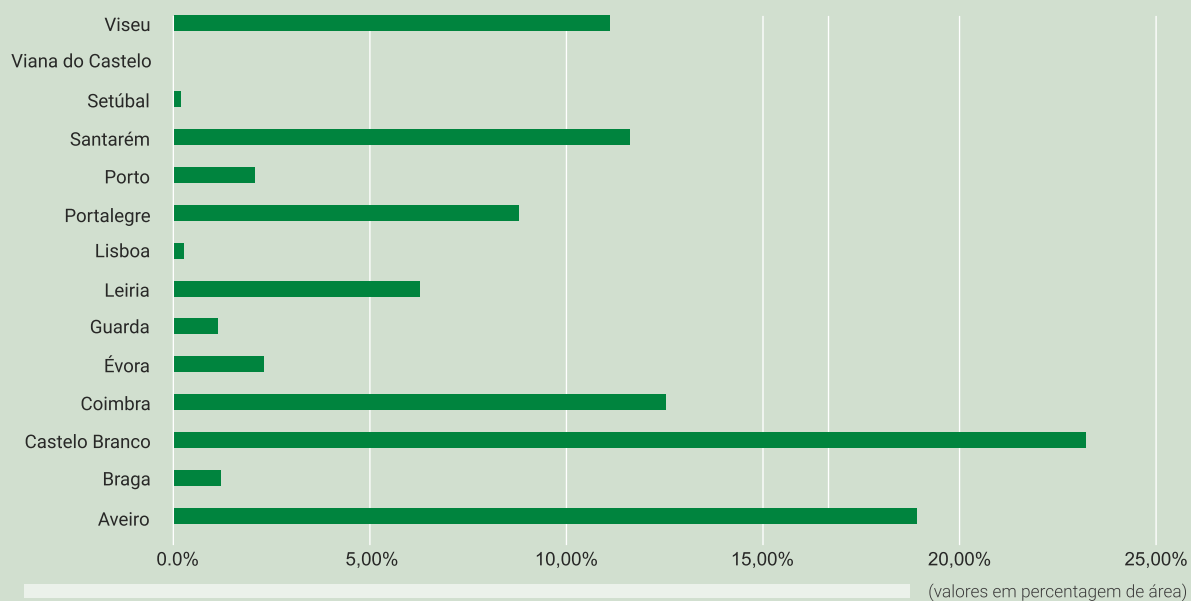


DISTRIBUIÇÃO DE MEMBROS POR DISTRITO



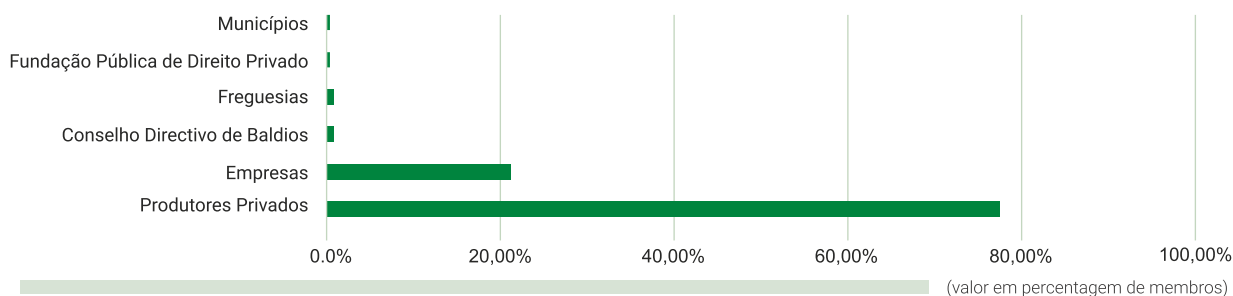
O grupo Unifloresta está presente em 130 concelhos de Portugal, com a seguinte distribuição de áreas, por distrito:

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL DO GRUPO UNIFLORESTA, POR DISTRITO



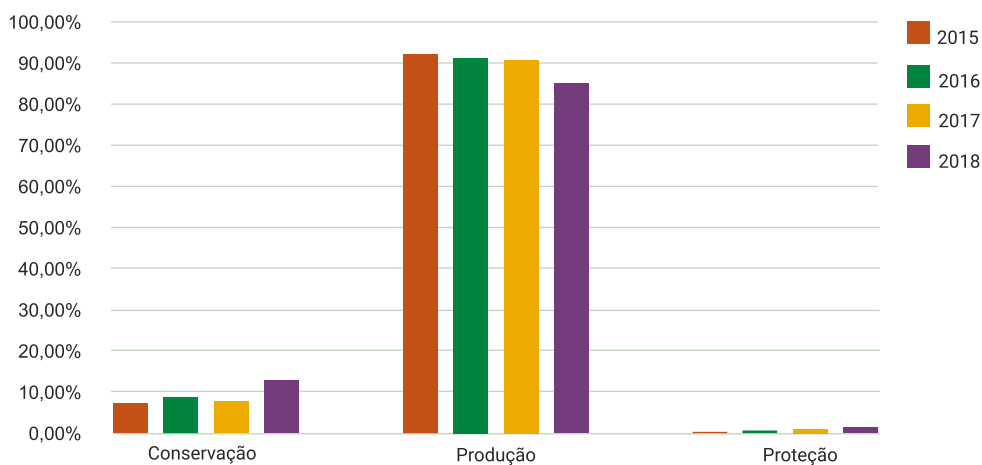
Os membros mantêm-se maioritariamente proprietários privados, registando-se, no entanto, uma percentagem de cerca de 0,81% de membros públicos e 0,65% de membros Coletivos/ Comunitários.

TIPOLOGIA DE PROPRIETÁRIOS



O principal objetivo de gestão das propriedades continua a ser de produção de madeira, verificando-se, no entanto, um aumento significativo da percentagem de área de conservação, face aos anos anteriores.

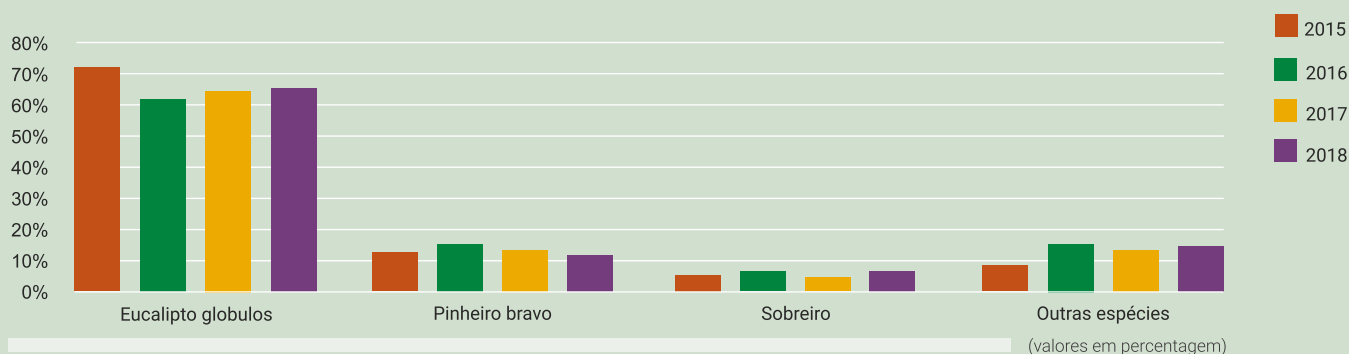
OBJETIVOS DE GESTÃO DAS PROPRIEDADES



Relativamente à evolução da unidade de gestão florestal, face à entrada de novos membros, verificou-se uma ligeira redução da área ocupada por pinheiro e um ligeiro aumento da área ocupada por eucalipto e outras espécies, nomeadamente, sobreiro.

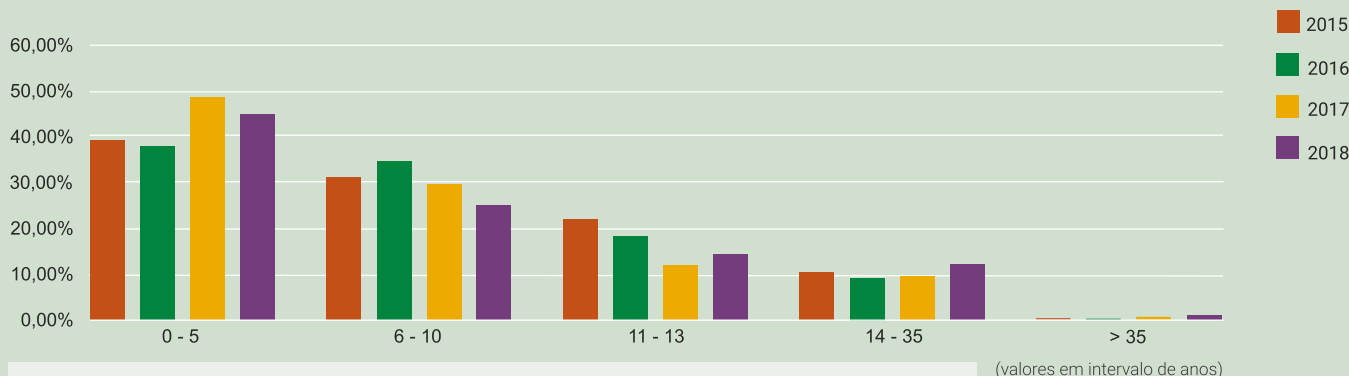
Conforme podemos verificar no gráfico seguinte, 66% da área de produção está agora ocupada com eucalipto glóbulos, 13% com pinheiro bravo e 6% com sobreiro, sendo os restantes 15% de área ocupada com outras espécies:

OCUPAÇÃO DO SOLO

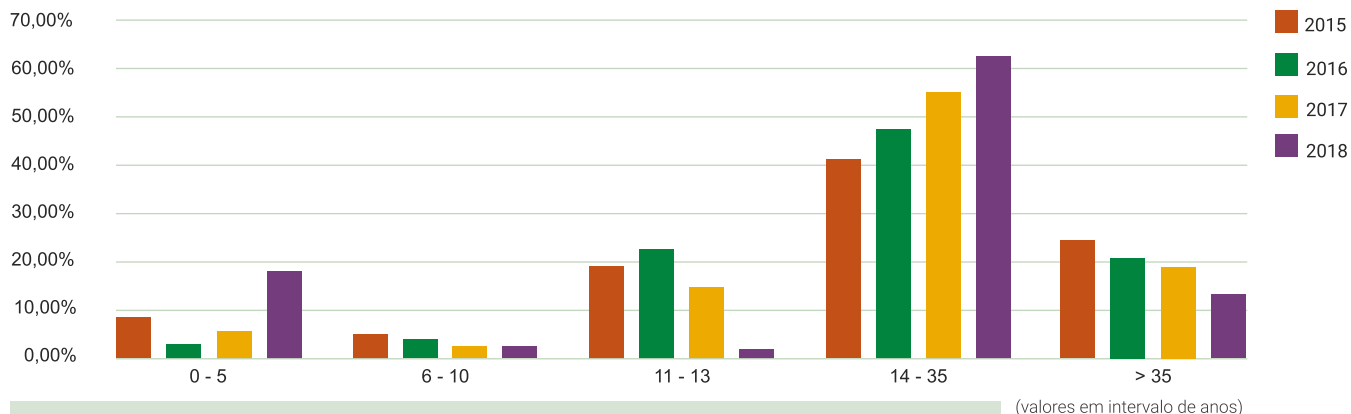


No final de 2018, os povoamentos florestais de eucalipto e pinheiro apresentavam a seguinte classificação média por idades:

MÉDIA DA IDADE DOS POVOAMENTOS DE EUCALIPTO



MÉDIA DA IDADE DOS POVOAMENTOS DE PINHEIRO

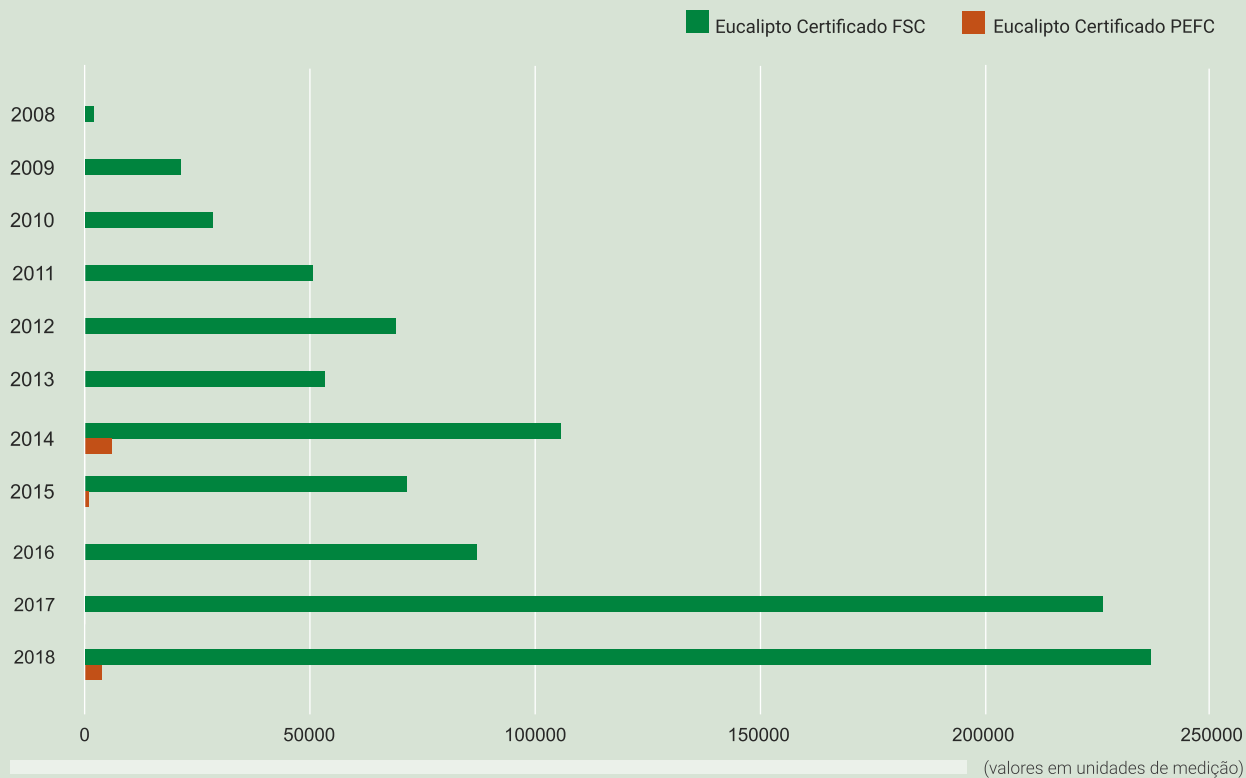


4.2 FORNECIMENTOS

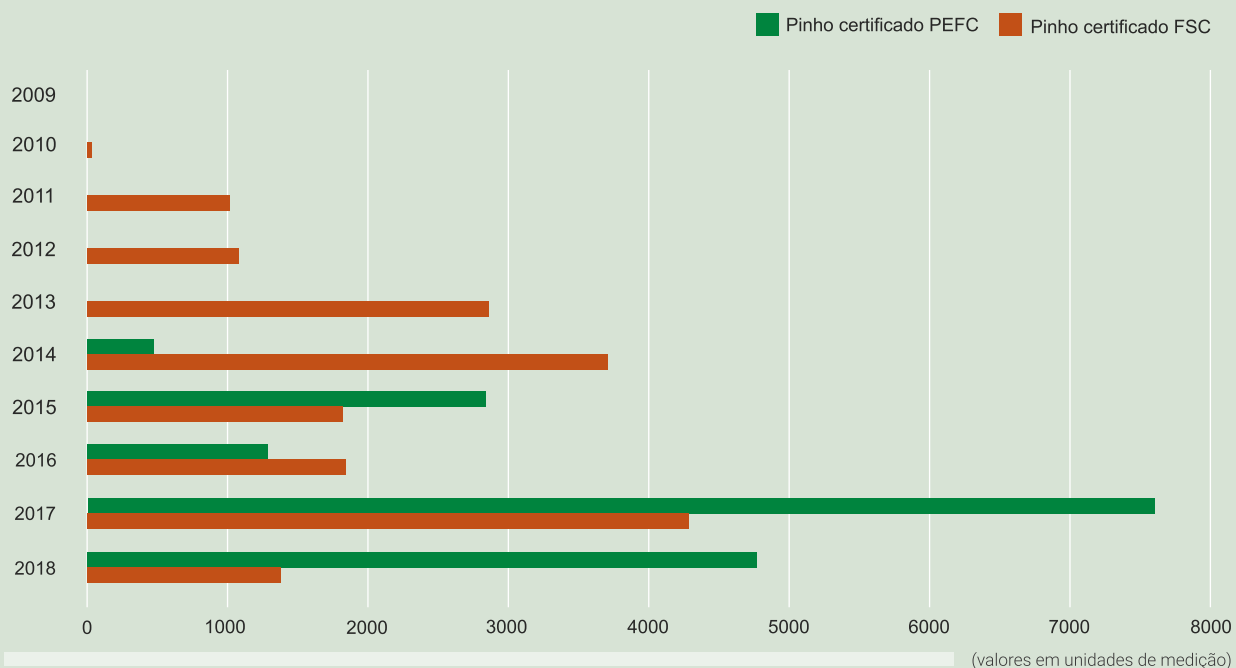
O fornecimento de madeira certificada acompanha a evolução positiva do número de membros e de área certificada. Em 2018 verificou-se o aumento dos fornecimentos em 27% na madeira de eucalipto e uma queda nos fornecimentos de

43% na madeira de pinheiro. Esta queda nos fornecimento de madeira de pinheiro deveu-se, fundamentalmente, ao encerramento temporário dos principais clientes por excesso de stock de pinheiro proveniente de incêndio.

EVOLUÇÃO DOS FORNECIMENTOS DE MADEIRA DE EUCALIPTO DA UNIDADE DE GESTÃO DO GRUPO UNIFLORESTA



EVOLUÇÃO DOS FORNECIMENTOS DE MADEIRA DE PINHO DA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL DO GRUPO UNIFLORESTA, NO CONTRATO DA UNIMADEIRAS

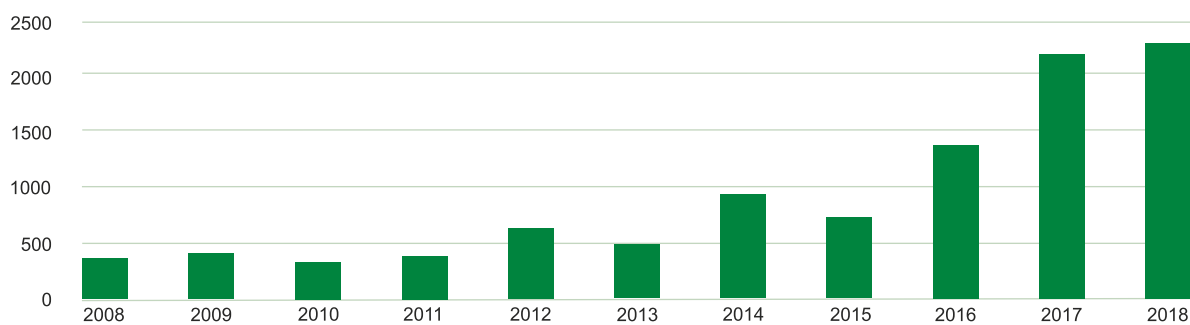


4.3 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISTORIAS

Em 2018, registou-se um ligeiro aumento do número total de vistorias, comparativamente com 2017. Este aumento deveu-se, fundamentalmente, ao aumento de novas propriedades no grupo e ao elevado número de propriedades afetadas

por incêndios no final de 2017, o que obrigou à realização de vistorias ocasionais nas áreas afetadas em 2018 para revisão dos planos de gestão.

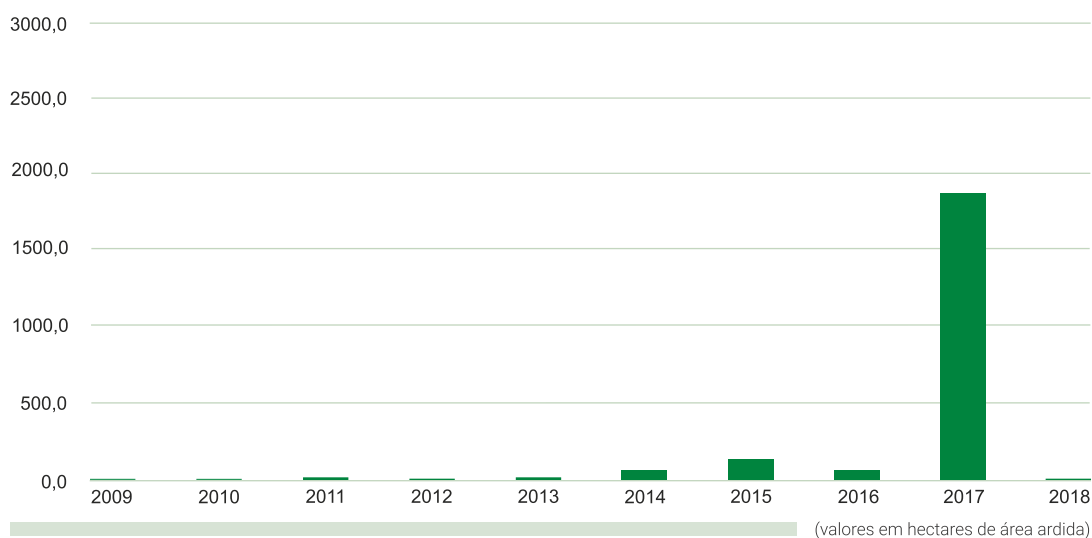
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISTORIAS



4.4 INCÊNDIOS FLORESTAIS

A área ardida em 2018 sofreu uma redução face ao ano anterior. No total, apenas 7,5 hectares da unidade de gestão florestal do grupo foi afetada por incêndios.

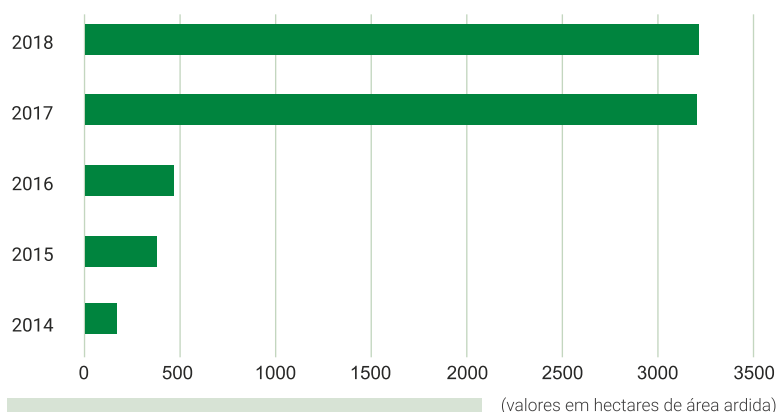
EVOLUÇÃO DA ÁREA ARDIDA NA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL



Desde a formação do grupo arderam mais de 3231 hectares de área.

No gráfico seguinte analisa-se o acumulado de área ardida, desde 2014.

ACUMULADO DE ÁREA ARDIDA NA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL

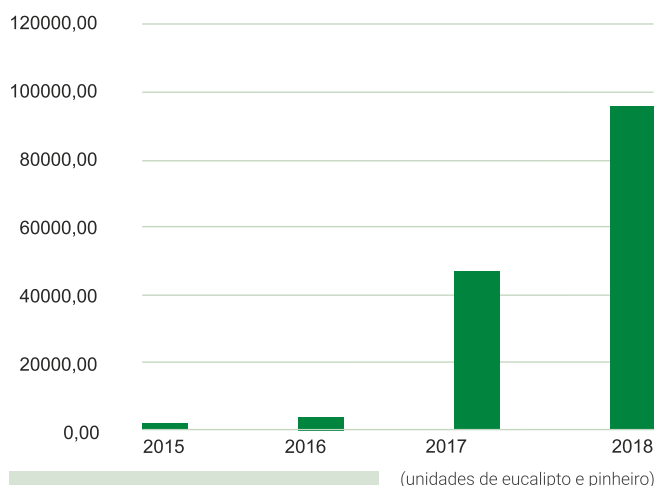


5. FORNECIMENTO DE MADEIRA CERTIFICADA ATRAVÉS DA CADEIA DE RESPONSABILIDADE

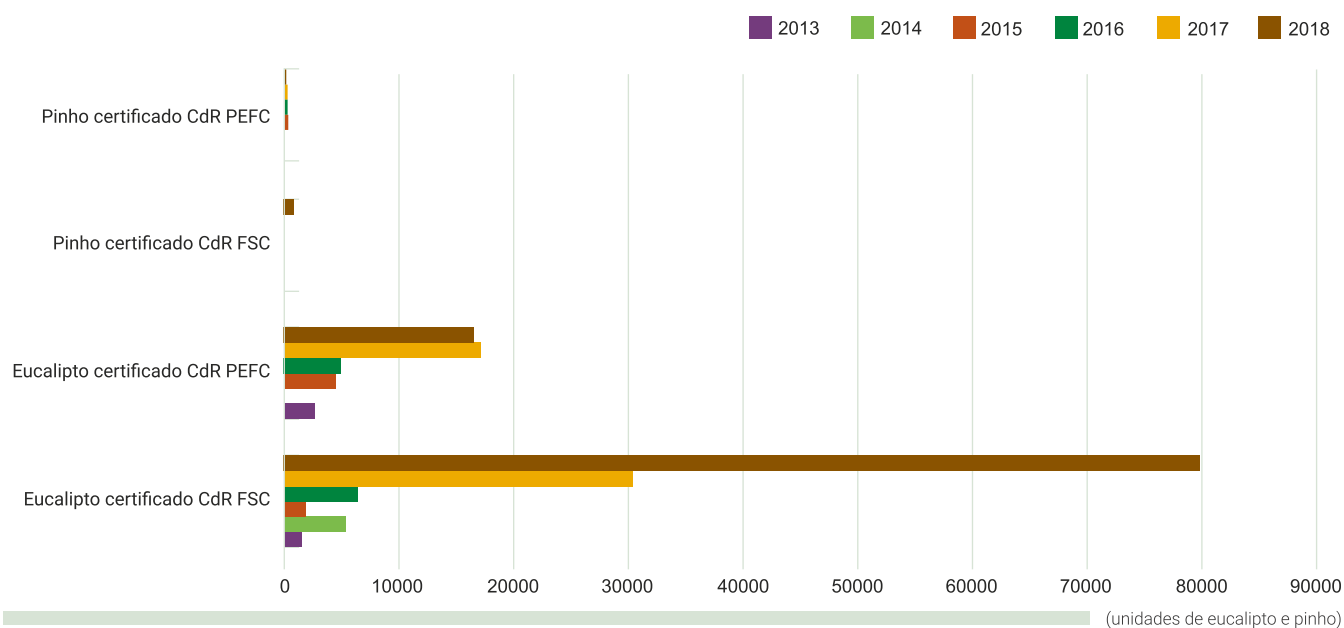
Os fornecimentos de madeira certificada têm vindo a registar um aumento significativo ao longo dos anos, não só pelo aumento da madeira a corte da unidade de gestão florestal do grupo Unifloresta mas, também, pelo aumento das transações da cadeia de responsabilidade da Unimadeiras.

No gráfico seguinte tece-se a evolução comparativa dos fornecimentos através da cadeia de responsabilidade da Unimadeiras:

EVOLUÇÃO ANUAL DO TOTAL DE MADEIRA FORNECIDA ATRAVÉS DA CADEIA DE RESPONSABILIDADE



EVOLUÇÃO DO FORNECIMENTO DE MADEIRA ATRAVÉS DA CERTIFICAÇÃO DA CADEIA DE RESPONSABILIDADE





6. PERSPETIVAS PARA 2019

Em linha com as perspetivas de evolução positiva do setor, prevê-se uma melhoria dos indicadores económico-financeiros, em particular no aumento das vendas de madeira de eucalipto certificado.

Ainda em resultado dos incêndios florestais de 2017, e face ao elevado *stock* de madeira queimada que permanece por explorar, perspetiva-se a continuidade de um elevado índice de descontos pelo não cumprimento das especificações do produto definidas pelo cliente. Por outro lado, e sobretudo durante o primeiro semestre, é ainda de esperar o encerramento temporário de receção de madeira de pinho com origem de fogo em alguns clientes, devido ao excesso de madeira em parque.

Relativamente ao preço da madeira de eucalipto à porta da fábrica, aguarda-se um período de maior instabilidade do

mercado, sobretudo após ultrapassada a fase de maior oferta de madeira com origem de incêndio, início da redução do *stock* de madeira nos clientes e diminuição da oferta por parte dos produtores.

No que respeita à madeira de pinho, e na continuidade das dificuldades de venda e escassez de produto, acreditamos que a queda de fornecimentos deverá continuar a ser expressiva.

Não se perspetivam investimentos significativos ao longo de 2019. Neste campo, as propostas para aquisição de propriedades florestais que venham a ser apresentadas e que se vislumbrem oportunas, serão competentemente analisadas. Num plano geral, estamos convictos que o modelo de gestão e o esforço organizacional reverter-se-ão, em 2019, na melhoria dos indicadores, no aumento da competitividade e da quota de mercado da Unimadeiras.

7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

INDICADORES	2014	2015	2016	2017	2018
Venda e serviços prestados	57.429.678	51.073.137	46.359.219	52.518.480	51.307.072
Crescimento das vendas	3,7%	-11,1%	-9,2%	13,3%	-2,3%
Capitais próprios	4.038.787	4.254.785	4.470.198	4.539.120	4.726.923
Rentabilidade dos capitais próprios	9,0%	8,8%	8,3%	4,7%	7,2%
Rentabilidade das vendas	0,60%	0,70%	0,76%	0,40%	0,64%
Taxa de rentabilidade interna	0,79%	1,06%	1,66%	1,25%	0,77%
Meios libertos líquidos (cash-flow)	454.213	541.875	770.372	656.857	392.604
Activo corrente	9.707.937	9.000.071	9.442.766	9.059.581	10.151.406
Passivo corrente	6.044.853	5.850.478	5.522.765	5.824.328	6.929.813
Fundo de maneo líquido	3.663.084	3.149.593	3.920.001	3.235.253	3.221.593
Liquidez geral	1,60	1,54	1,71	1,55	1,46
Autonomia financeira	30,2%	34,2%	34,4%	36,3%	35,0%
Solvabilidade	43,4%	52,0%	52,6%	56,9%	53,9%
Prazo médio de recebimentos	42 dias	48 dias	55 dias	42 dias	50 dias
Prazo médio de pagamentos	7 dias	5 dias	5 dias	3 dias	7 dias
EBITDA a)	797.004	865.304	989.136	950.488	627.813
Gastos de financiamento líquidos	217.721	206.274	98.571	163.666	123.344
Imposto sobre o rendimento (IRC)	125.069	117.155	120.192	129.965	111.865
Resultado líquido do período	345.971	356.002	355.413	208.922	327.803

a) EBITDA = Resultado antes de impostos, juros, gastos de depreciação e de amortização, perdas por imparidade e provisões

7.1 VENDAS

O exercício de 2018 registou uma quebra nas vendas de 2,3%, o equivalente a 1.211.408 euros. Esta evolução desfavorável ficou a dever-se, em grande parte, às consequências dos trágicos incêndios que ocorreram no nosso território em junho e outubro de 2017. Estes incêndios acabaram por condicionar fortemente a oferta de madeira no ano seguinte

(2018) e, inclusive, os anos seguintes serão também atingidos, conforme n/convicção já expressa no relatório de gestão de 2017. De referir a acentuada descida nos preços médios de venda da madeira, por influência direta e exclusiva das enormes quantidades de madeira queimada que resultaram dos referidos incêndios.

7.2 RESULTADOS

Apesar do decréscimo de 1.211.408 euros verificado no montante de vendas em 2018, o resultado líquido do período melhorou substancialmente, relativamente ao ano transato. Esta realidade ficou a dever-se à redução significativa de certos gastos neste último exercício. É o caso de **provisões do período, perdas por imparidade e gastos de financiamento**. Os **gastos de financiamento** representaram em 2018 um

peso de 0,24% nas vendas líquidas da empresa, constituindo o segundo melhor indicador dos últimos 10 anos. O **resultado operacional** melhorou, igualmente, neste exercício, passando de 502.550 euros em 2017 para 563.000 euros em 2018. O **resultado líquido** por acção melhorou substancialmente, passando de 52 cêntimos em 2017 para 82 cêntimos em 2018.

7.3 RENTABILIDADE

A **rentabilidade dos capitais próprios** subiu consideravelmente neste exercício, o mesmo sucedendo com a **rentabilidade das vendas**, por força da melhoria verificada ao nível do **resultado líquido do período**.

Ao invés daqueles indicadores, a **taxa de rentabilidade interna**, tendo por base os meios libertos líquidos, sofreu uma quebra neste exercício que não podemos deixar de registar.

7.4 EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Na perspetiva financeira e na ótica do equilíbrio financeiro de curto prazo, constatamos que este piorou ligeiramente. É o que decorre da expressão apresentada pelo **fundo de maneio líquido** e pela **liquidez geral**. Na ótica do equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, constatamos, também, que

este piorou ligeiramente, conforme o demonstra a evolução apresentada pela **autonomia financeira** e pela **solvabilidade**. No aspeto da evolução previsível, pensamos que o próximo ano (2019) poderá trazer-nos melhorias nestes indicadores.

7.5 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em 2018 foram, praticamente, inexistentes e constam do quadro seguinte:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
41.51	Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	466,20
43.51	Aparelhagem e máquinas electrónicas	2.290,81
	TOTAL	2.757,01

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Face ao imperativo de reforçar os capitais próprios da empresa e, também, tendo em atenção as legítimas expectativas dos acionistas quanto à remuneração dos capitais investidos, a Administração da Unimadeiras decide propor para os resultados líquidos de 2018 a seguinte aplicação:

O pagamento dos dividendos deverá ocorrer durante o próximo mês de Junho de 2019.

	VALOR
DIVIDENDOS A DISTRIBUIR (CATIVOS DE IMPOSTOS)	140.000,00
REFORÇO DA RESERVA LEGAL	25.000,00
REFORÇO DE RESERVAS LIVRES	162.802,65
TOTAL	327.802,65

NOTAS FINAIS

→ Declaramos que não existe qualquer dívida em mora ao sector **Estado e Outros Entes Públicos**, nomeadamente à Segurança Social e ao Estado;

→ De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, informamos de que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Administradores;

→ Não se registaram factos ambientais nem laborais dignos de relevância;

→ Relativamente a factos relevantes ocorridos após o termo do período, até à data de elaboração deste relatório de gestão, não ocorreram quaisquer factos que pudessem significar alteração da situação à data do balanço.

Albergaria-a-Velha, 28 de Fevereiro de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Armando Mendes Loureiro
António Augusto Amaral Loureiro e Santos
Hernâni da Seca Martins Pereira
João Vicente Lourenço
Maria Madalena Videira Pinheiro

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2018



Nos termos do nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a participação dos órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital Social da empresa “UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.” é a seguinte:

	Nº de ações Inicial	Aquisição em 2018	Nº de ações Final	% de Particip.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:				
Jorge Armando Mendes Loureiro	17.380	0	17.380	4,34
António Augusto Amaral Loureiro e Santos	0	0	0	0
Hernâni da Seca Martins Pereira	6.810	0	6.810	1,70
João Vicente Lourenço	3.150	0	3.150	0,78
Maria Madalena Videira Pinheiro	635	0	635	0,15
CONSELHO FISCAL:				
José Joaquim de Bastos Correia	6.130	0	6.130	1,53
Manuel Fernandes Pedrosa	100	0	100	0,02
Lurdes Susana Mendes Amorim (ROC)	0	0	0	0

Albergaria-a-Velha, 28 de Fevereiro de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Armando Mendes Loureiro
António Augusto Amaral Loureiro e Santos
Hernâni da Seca Martins Pereira
João Vicente Lourenço
Maria Madalena Videira Pinheiro

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	9	3.260.699,72	3.365.418,20
Activos intangíveis	8	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	29.23	76.632,45	86.166,25
		3.337.332,17	3.451.584,45
ACTIVO CORRENTE:			
Activos biológicos	19.2	146.587,84	181.787,23
Clientes	29.2	7.500.652,96	6.459.640,17
Estado e outros entes públicos	27 e 32.61	396.697,08	410.447,33
Outros créditos a receber	29.2 e 32.6.11	1.565.506,18	1.245.785,51
Diferimentos	32.6.2	445.296,18	439.691,18
Caixa e depósitos bancários	5	96.666,09	322.229,93
		10.151.406,33	9.059.581,35
Total do activo		13.488.738,50	12.511.165,80
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	29.16	2.000.000,00	2.000.000,00
Prémios de emissão		243.646,50	243.646,50
Reservas legais		234.500,00	219.500,00
Outras reservas		1.920.974,22	1.867.052,16
Resultado líquido do período		327.802,65	208.922,06
Total do capital próprio		4.726.923,37	4.539.120,72
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	23	433.430,99	433.430,99
Financiamentos obtidos	29,2	1.398.571,44	1.714.285,72
		1.832.002,43	2.147.716,71
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	29	1.230.775,38	791.801,14
Estado e outros entes públicos	27 e 32.61	53.761,19	60.635,78
Financiamentos obtidos	29.2	5.556.844,00	4.912.131,47
Outras dívidas a pagar	32.6.11	88.432,13	59.759,98
		6.929.812,70	5.824.328,37
Total do passivo		8.761.815,13	7.972.045,08
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		13.488.738,50	12.511.165,80

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Antônio Augusto Jesus Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Armando Mendes Loureiro
Antônio Augusto Amaral Loureiro
Hernâni da Seca Martins Pereira
João Vicente Lourenço
Maria Madalena Videira Pinheiro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rendimentos e Gastos	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	22.2	51.307.072,18	52.518.479,71
Subsídios à exploração.	24.2	15.469,20	21.002,90
Variação nos inventários da produção	32.6.8	-35.199,39	-35.465,67
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas	32.6.7	-51.137.803,80	-51.722.204,93
Fornecimentos e serviços externos	32.6.3	-427.235,77	-428.604,02
Gastos com o pessoal	32.6.4	-411.731,01	-336.731,58
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	29.12	42.208,28	-137.638,30
Provisões (aumentos/reduções)	23.1 e 32.2	0,0	-194.796,75
Outros rendimentos	32.6.6	1.376.658,08	992.615,50
Outros gastos	32.6.5	-59.416,30	-58.603,42
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		670.021,47	618.053,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.	9.5	-107.009,29	-115.499,93
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		563.012,18	502.553,51
Juros e rendimentos similares obtidos.	32.6.9	2.789,40	3.486,80
Juros e gastos similares suportados	32.6.10	-126.133,50	-167.152,68
Resultado antes de impostos		439.668,08	338.887,63
Imposto sobre o rendimento do período.	27.3	-111.865,43	-129.965,27
Resultado líquido do período		327.802,65	208.922,06
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00

O CONTABILISTA CERTIFICADO
António Augusto Jesus Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Armando Mendes Loureiro
António Augusto Amaral Loureiro
Hernâni da Seca Martins Pereira
João Vicente Lourenço
Maria Madalena Videira Pinheiro

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

	2018		2017	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	56.976.978,79		58.347.357,12	
Pagamentos a fornecedores	-54.029.996,23		-55.844.264,82	
Pagamentos ao pessoal	-222.798,48		-197.038,41	
Fluxo gerado pelas operações	2.724.184,08		2.306.053,89	
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-132.436,13		-104.669,99	
Outros recebimentos/pagamentos da actividade operacional	-550.890,00		-703.608,02	
Fluxos das actividades operacionais (1)	2.040.857,95		1.497.775,88	
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	0,00		0,00	
Investimentos financeiros	10.000,00		0,00	
Juros e rendimentos similares	0,00		0,00	
Dividendos	2.789,40	12.789,40	3.486,80	3.486,80
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	0,00		-121,68	
Activos fixos tangíveis	-2.290,81	-2.290,81	-40.888,53	-41.010,21
Fluxos das actividades de investimento (2)	10.498,59		-37.523,41	
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	60.863.853,53	60.863.853,53	68.449.979,70	68.449.979,70
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-62.904.062,75		-69.545.456,95	
Juros e gastos similares	-136.069,27		-172.765,61	
Dividendos	-100.641,89	-63.140.773,91	-101.528,33	-69.819.750,89
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-2.276.920,38		-1.369.771,19	
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		-225.563,84		90.481,28
Caixa e seus equivalentes no início do período		322.229,93		231.748,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período		96.666,09		322.229,93

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO
António Augusto Jesus Santos

*Jorge Armando Mendes Loureiro, António Augusto Amaral Loureiro Santos,
Hernâni da Seca M. Pereira, João Vicente Lourenço, Maria Madalena Videira Pinheiro*

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2017

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL

(EUROS)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital res- lizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio	
Posição no início de 2017 (1)		2.000.000,00			243.646,50	194.500,00	1.676.638,83					355.413,23	4.470.198,66		4.470.198,66	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adoção de novo referen- cial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalori- zação de ativos fixos																
Tangíveis e intangíveis. Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos. Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
(2)																
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2015 (3)												208.922,06	208.922,06		208.922,06	
RESULTADO INTEGRAL 4= (2+3)												208.922,06	208.922,06		208.922,06	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realização de capital																
Realizações de prémios de emissão. Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações						25.000,00	190.413,23					-355.413,23	-140.000,00		-140.000,00	
(5)						25.000,00	190.413,23					-355.413,23	-140.000,00		-140.000,00	
POSIÇÃO NO FIM DE 2017 6= (1+2+3+5)		2.000.000,00			243.646,50	219.500,00	1.867.052,16					208.922,06	4.539.120,72		4.539.120,72	

O CONTABILISTA CERTIFICADO
António Augusto Jesus Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Armando Mendes Loureiro,
António Augusto Amaral Loureiro Santos,
Hernâni da Seca M. Pereira,
João Vicente Lourenço,
Maria Madalena Videira Pinheiro

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2018

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL

(EUROS)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital res- lizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio	
Posição no início de 2018 (6)		2.000.000,00			243.646,50	219.500,00	1.867.032,16					208.922,06	4.539.120,72		4.539.120,72	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adoção de novo referen- cial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas. Diferença de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalori- zação de ativos fixos																
tangíveis e intangíveis. Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e																
Intangíveis e respetivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos. Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
(7)																
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2018 (6)												327.802,65	327.802,65		327.802,65	
RESULTADO INTEGRAL 9= (7+8)												327.802,65	327.802,65		327.802,65	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realização de capital																
Realizações de prémios de emissão. Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações						15.000,00	53.922,06					-208.922,06	-140.000,00		-140.000,00	
(10)						15.000,00	53.922,06					-208.922,06	-140.000,00		-140.000,00	
POSIÇÃO NO FIM DE 2018 (6+7+8+9+10)		2.000.000,00			243.646,50	234.500,00	1.920.974,22					327.802,65	4.726.923,37		4.726.923,37	

O CONTABILISTA CERTIFICADO
António Augusto Jesus Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Armando Mendes Loureiro,
António Augusto Amaral Loureiro Santos,
Hernâni da Seca M. Pereira,
João Vicente Lourenço,
Maria Madalena Videira Pinheiro





ANEXO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO 2018

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A empresa "UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.", contribuinte nº 500293066, é uma sociedade anónima constituída em 14/10/1974, com sede social no Areiro, freguesia e concelho de Albergaria-a-Velha, tendo como actividade principal o comércio por grosso de

madeira em bruto (CAE 46731).

A empresa não pertence a qualquer Grupo, pelo que, em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho e Dec-Lei 98/2015, de 2 de Julho (Sistema Norm. Contabilística)
- Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras)
- Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho (Código de Contas)
- Aviso nº 8254/2015, de 29 de Julho (Estrutura Conceptual)
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro)

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS, CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPATÍVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2017.

4.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os activos intangíveis, que compreendem apenas a rubrica **Programas de computadores**, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. A taxa de amortização praticada (33,33%), em exercícios anteriores, correspondeu ao período de vida útil estimada de 3 anos.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas. Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação praticadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de novo)	50 anos
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de uso)	40 anos
Outros edifícios – industriais (adquiridos em estado de uso)	15 anos
Viaturas ligeiras (mercadorias e passageiros)	4 anos
Equipamento administrativo (aparelhagem e máquinas electrónicas)	5 anos
Equipamento administrativo (computadores)	3 anos
Equipamento administrativo (outro)	8 anos

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Não existem investimentos financeiros em subsidiárias ou associadas.

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS:

- **Participações de capital:** encontram-se registadas ao custo de aquisição;
- **Empréstimos concedidos:** encontram-se registados ao custo;
- **Outros:** encontram-se registados ao custo de aquisição.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF 10)

Os custos de empréstimos obtidos foram considerados, na totalidade, como gastos do período, na ausência de situação que implicasse tratamento diferente.

AGRICULTURA (NCRF 17)

ACTIVOS BIOLÓGICOS

Na impossibilidade de mensurar de forma fiável o justo valor, a empresa mensurou estes activos pelo custo de aquisição, não se registando qualquer depreciação ou perda por imparidade.

MATÉRIAS AMBIENTAIS (NCRF 26)

A empresa reconhece uma operação – **remoção dos desperdícios acumulados** – que resulta da sua actividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas.

Nesta situação, o que tem acontecido é serem os compradores do produto a suportar quer os custos do corte, quer os subsequentes, nomeadamente os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

→

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

CLIENTES E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de clientes ou de outros terceiros foram registadas ao custo (isto é, pelo seu valor nominal). No fim do período foram analisadas as contas de clientes e outras contas a receber, de forma a avaliar se existia alguma evidência objectiva de que não fossem recuperáveis. Nesta conformidade, foram reconhecidas no fim do período algumas perdas por imparidade.

FORNECEDORES

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros foram registadas ao custo (isto é, pelo seu valor nominal).

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, foram registados no passivo pelo custo.

4.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

4.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais poderão diferir daquelas estimativas.

5.1

OS MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS (CAIXA E SEUS EQUIVALENTES), CONSTANTES DO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, ESTÃO TOTALMENTE DISPONÍVEIS PARA USO.

5.2

OS MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS SÃO CONSTITUÍDOS EXCLUSIVAMENTE POR DEPÓSITOS À ORDEM.

a) A empresa detém um único tipo de activos intangíveis: **Programas de computador**.



Modo como caracterizamos este activo intangível:

- VIDA ÚTIL FINITA
- PERÍODO DE VIDA ÚTIL ESTIMADA = 3 ANOS
- TAXA DE AMORTIZAÇÃO PRATICADA = 33,33%

b) Como método de amortização foi usado o método da linha recta.

c) A quantia bruta escriturada e amortização acumulada, no começo e fim do período:

	Quantia bruta escriturada	Amortização acumulada	Quantia bruta escriturada	Amortização acumulada
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018
Programas de computador	9.621,43	9.621,43	9.621,43	9.621,43

d) O valor das amortizações relativas a activos intangíveis incluídas na rubrica “**Gastos/reversões de depreciação e de amortização**” da demonstração de resultados ascende a:

	2017	2018
Programas de computador	0,00	0,00

e) Os movimentos na rubrica activos intangíveis, durante o ano de 2018, não se verificaram:

	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Programas de computador	9.621,43	0,00	9.621,43
Activo intangível bruto	9.621,43	0,00	9.621,43
Amortizações acumuladas	9.221,43	0,00	9.621,43
Activo intangível líquido	0,00	0,00	0,00

9

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

9.1

DIVULGAÇÕES SOBRE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) BASES DE MENSURAÇÃO:

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO USADO:

A empresa deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIAÇÃO USADAS:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação:

Activos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de novo)	50 anos	2%
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de uso)	40 anos	2,5%
Outros edifícios – industriais (adquiridos em estado de uso)	15 anos	6,66%
Viaturas ligeiras (mercadorias e passageiros)	4 anos	25%
Equipamento administrativo (aparelhagem e máquinas electrónicas)	5 anos	20%
Equipamento administrativo (computadores)	3 anos	33,33%
Equipamento administrativo (outro)	8 anos	12,5%

d) / e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Terrenos	Edifícios e Outras const.	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:							
Saldo em 31/12/2017	2.016.785,87	1.903.906,14	119.700,08	141.885,21	95.470,89	0,00	4.277.748,19
Adições				2.290,81			2.290,81
Alienações (abates)							
Transferências							
Saldo em 31/12/2018	2.016.785,87	1.903.906,14	119.700,08	144.176,02	95.470,89	0,00	4.280.039,00
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31/12/2017		575.243,71	119.700,08	122.386,21	94.999,99		912.329,99
Adições		98.044,84		8.870,28	94,17		107.009,29
Alienações (abates)							
Transferências							
Saldo em 31/12/2018		673.288,55	119.700,08	131.256,49	95.094,16		1.019.339,28
Quantia escriturada líquida em 31/12/2017	2.016.785,87	1.328.662,43	0,00	19.499,00	470,90	0,00	3.365.418,20
Quantia escriturada líquida em 31/12/2018	2.016.785,87	1.230.617,59	0,00	12.919,53	316,73	0,00	3.260.699,72

9.5

O VALOR DAS DEPRECIAÇÕES RELATIVAS A ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS INCLUÍDAS NA RUBRICA "GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO" – CONTA 64.2, ASCENDE A:

	2018	2017
Edifícios e outras construções	98.044,84	98.044,84
Equipamento de transporte	0,00	6.812,50
Equipamento administrativo	8.870,28	10.548,42
Outros AFT	94,17	94,17
TOTAIS	107.009,29	115.499,93

12 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de empréstimos obtidos foram considerados, na totalidade, como gastos do período, isto na ausência de situação que implicasse tratamento diferente.

14 IMPARIDADE DE ACTIVOS

14.1 PARA CADA CLASSE DE ACTIVOS:

a) e b) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (rubrica “Imparidade de dívidas a receber” na demonstração de resultados), conforme quadro seguinte:

Imparidades reconhecidas	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Em dívidas a receber:					
Clientes	454.639,52	103.463,82	0,00	145.232,95	412.870,39
Outros devedores	98.567,84	265,59	0,00	704,74	98.128,69
Totais	553.207,36	103.729,41	0,00	145.937,69	510.999,08

14.2 PERDAS POR IMPARIDADE OU REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE RECONHECIDAS DURANTE O PERÍODO:

a) Os principais motivos que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade identificadas no quadro acima, foram:

- existência de créditos em situação de mora;
- existência de créditos em situação de contencioso;
- existência de créditos em situação de PER;
- tentativas frustradas nas operações de cobrança.

As reversões de perdas por imparidade, reconhecidas no exercício e constantes do quadro acima, aconteceram porque conseguimos cobrar créditos para os quais reconhecemos perdas por imparidade em exercícios anteriores e, também, porque o PER apresentado por dois devedores contempla o pagamento integral dos créditos detidos pela n/firma.

19 AGRICULTURA

19.1 DESCRIÇÃO DE CADA GRUPO DE ACTIVOS BIOLÓGICOS



Os activos biológicos da empresa são constituídos por um único grupo:



A empresa não considera os terrenos, relacionados com a actividade agrícola, como activos biológicos.

19.2 MEDIDAS OU ESTIMATIVAS NÃO FINANCEIRAS USADAS NA QUANTIFICAÇÃO FÍSICA DE CADA UM DOS GRUPOS DE ACTIVOS BIOLÓGICOS NO FIM DO PERÍODO.

A empresa utilizou a seguinte base de medidas/estimativas para determinação das quantidades de activos biológicos na sua posse a 31 de Dezembro de 2018:

Localização dos activos biológicos	Hectares	Ton./hectar	Total(ton.)	CUSTO	Custo/ton.
Albergaria-a-Velha (Zona Industrial) (37.1201)	2,8810	80,70	232,50	1.645,45	7,07
Valongo do Vouga (Pisão) (37.1206)	5,8219	143,57	835,88	2.000,00	2,39
Marinha das Ondas (Arneiro Sul) (37.1213)	0,6217	197,36	122,70	2.860,05	23,31
Canas de Stª Maria (Ribeira) (37.1223)	34,3193	167,79	5.758,44	68.876,19	11,96
Pinheiro da Bemposta (Castanheira) (37.1228)	9,7124	221,36	2.150,00	3.342,15	1,55
Foios (Concheirinha) (37.1236)	13,1056	143,34	1.878,56	32.573,88	17,34
Foios (Concheirinha) (37.1237)	28,7793	88,76	2.554,45	35.290,12	13,81
Totais			13.532,53	146.587,84	10,83

19.3 MÉTODOS E PRESSUPOSTOS SIGNIFICATIVOS APLICADOS NA DETERMINAÇÃO DO JUSTO VALOR DE CADA UM DOS GRUPOS DE ACTIVOS BIOLÓGICOS E DE CADA UM DOS GRUPOS DO PRODUTO AGRÍCOLA NO PONTO DE COLHEITA

Na impossibilidade de mensurar de forma fiável o justo valor, a empresa mensurou os activos biológicos pelo custo de aquisição, conforme quadro apresentado em **19.2**, não se registando qualquer depreciação ou perda por imparidade.

A empresa valoriza os seus produtos agrícolas, colhidos dos activos biológicos, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.



O método usado para determinação do justo valor foi o seguinte:

Produtos agrícolas	Método de agrupamento	Critério de determinação do justo valor	Justo valor no momento da colheita
Madeira em bruto (toros de eucalipto)	Eucalipto	Preço mais recente de transacção no mercado	222.474,57

Nota: Os produtos agrícolas colhidos no período de 2018 foram todos vendidos no mesmo período.

19.4

JUSTO VALOR MENOS OS CUSTOS ESTIMADOS NO PONTO DE VENDA DO PRODUTO AGRÍCOLA COLHIDO DURANTE O PERÍODO, DETERMINADO NO MOMENTO DA COLHEITA.



Os produtos agrícolas foram valorizados da seguinte forma:

Produtos agrícolas	Valor de mercado do produto agrícola no momento da colheita	Custos estimados no ponto de venda	Justo valor menos custos estimados no momento da colheita
Madeira em bruto (toros de eucalipto)	222.474,57	120.166,73	102.307,84

Nota: Os produtos agrícolas colhidos no período de 2018 foram todos vendidos no mesmo período.

22

RÉDITO

22.1

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS PARA O RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da **venda de bens** é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente de **dividendos** é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do accionista a receber o pagamento.

22.2

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA DURANTE O PERÍODO

Rubricas	2018	2017
VENDAS (mercado interno)	51.285.798,57	52.491.619,55
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (mercado interno)	21.273,61	26.860,16
TOTAL DAS VENDAS	51.307.072,18	52.518.479,71
DIVIDENDOS	2.789,40	3.486,80
Total das categorias significativas de rédito	51.309.861,58	52.521.966,51

23

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

23.1

DIVULGAÇÕES PARA CADA CLASSE DE PROVISÃO

a) e b)

Provisão	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Provisão para impostos	433.430,99	0,00	0,00	0,00	433.430,99
TOTAIS	433.430,99	0,00	0,00	0,00	433.430,99

Esta provisão constituída em 2015, foi reforçada em 2016 e 2017 por força de liquidações de IVA efectuadas pela Autoridade Tributária (AT), baseadas na não aceitação da dedução do IVA em compras a determinados fornecedores (n.º 4 do art.º 19.º do CIVA).

A Unimadeiras apresentou recurso desta decisão da AT, por considerar inaceitáveis os motivos invocados.

24

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

24.2

A UNIMADEIRAS RECEBEU DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO, EM 2018, O MONTANTE DE 15.469,20 EUROS, CORRESPONDENTE A UM PROJECTO ASSOCIADO À PROMOÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS FLORESTAIS, COM A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL, ESPANHA, FRANÇA E ALEMANHA.

Este subsídio concedido pela Universidade de Aveiro foi financiado pelo Programa ERASMUS +

26.1 AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 28 de Fevereiro de 2019.

26.2 ACTUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram ou não houve informação acerca de quaisquer factos relevantes que pudessem significar alteração da situação à data do balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

27 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

27.1 PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTOS/RENDIMENTOS DE IMPOSTOS

	2018	2017
Impostos correntes	111.865,43	129.965,57
Imposto sobre o rendimento do período	111.865,43	129.965,57

27.3 RELACIONAMENTO ENTRE GASTO/RENDIMENTO DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO

APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL		2018	%
Resultado antes de impostos (lucro contabilístico)	1	439.668,08	100,00
Custos não dedutíveis	2	7.902,26	
Proveitos dedutíveis	3	740,83	
Benefícios fiscais	4	2.909,52	
Correcções ao resultado antes de impostos	5 = 2-3-4	4.251,91	0,97
Lucro tributável	= 1+5	443.919,99	100,97

CÁLCULO DO IMPOSTO	Base fiscal	Taxa	Imposto de 2018
IRC: Escalão para PME	15.000,00	17%	2.550,00
IRC: Escalão para o excedente	428.919,99	21%	90.073,20
Derrama	443.919,99	1,20%	5.327,04
Tributações autónomas:			
Despesas de representação	58.942,24	10%	5.894,22
Viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias	6.053,81	10%	605,38
Viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias	25.453,00	27,5%	6.999,58
Abonos por deslocações em viatura própria	8.320,27	5%	416,01
Imposto sobre o rendimento do período (IRC)			111.865,43

27.4 EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTABILÍSTICO ANTERIOR

Descrição	2018	2017
1 Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	439.668,08	338.887,63
2 Imposto corrente (antes das tributações autónomas)	97.950,24	117.755,66
3 Imposto diferido	0,00	0,00
4 Tributações autónomas:	13.915,19	12.209,91
5 Imposto sobre o rendimento do período = 2+3+4	111.865,43	129.965,57
6 Taxa efectiva de imposto = 5/1	25,44%	38,35%

O **imposto sobre o rendimento (IRC)** desceu de 129.965,57 euros em 2017 para 111.865,43 euros em 2018, correspondendo neste último exercício a uma taxa efectiva de imposto de 25,44% contra 38,35% em 2017.

A principal razão que concorreu para o desagravamento da taxa efectiva de imposto consiste na inexistência, neste exercício de 2018, de um custo importante que, não sendo legalmente dedutível, teve de ser acrescido para apuramento do lucro tributável em 2017. Este custo foi o reforço da **Provisão para Impostos** que, afectando substancialmente o exercício de 2017, não ocorreu em 2018.

A empresa reconhece uma operação – **remoção dos desperdícios acumulados** – que resulta da sua actividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas.

Nesta situação, o que tem acontecido até à presente data é serem os compradores do produto a suportar quer os custos do corte, quer os subsequentes, nomeadamente os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados.

A empresa tem-se limitado a uma acção de acompanhamento das operações, de forma a garantir, tanto quanto possível, a melhor preservação do meio ambiente e o restabelecimento das normais condições de exploração no futuro.

29.1 BASES DE MENSURAÇÃO

A totalidade dos instrumentos financeiros da empresa é mensurada ao custo.

29.2 QUANTIA ESCRITURADA DE CADA UMA DAS CATEGORIAS DE ACTIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

d) Financiamentos obtidos (conta 25)

→

Os financiamentos obtidos (financiamentos da Banca), considerando a sua exigibilidade, foram repartidos por:

→ PASSIVO NÃO CORRENTE (EXIGIBILIDADE SUPERIOR A 1 ANO)	1.398.571,44
→ PASSIVO CORRENTE (EXIGIBILIDADE ATÉ 1 ANO)	5.556.844,00
TOTAL	6.955.415,44

g) Activos financeiros e passivos financeiros com reconhecimento de imparidade

Activos/passivos financeiros em 31/12/2018	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
21.11 - Clientes gerais (devedores)	(+) 7.266.474,49	(-) 126,67	(+) 7.266.347,82
21.7 - Clientes de cobrança duvidosa	(+) 647.048,86	(-) 412.743,72	(+) 234.305,14
22.11 – Fornecedores gerais (credores)	(-) 1.230.775,38	0,00	(-) 1.230.775,38
22.11 – Fornecedores gerais (devedores)	(+) 71.697,65	(-) 70.272,55	(+) 1.425,10
22.8 - Adiantamentos a fornecedores	(+) 207.882,50	(-) 27.856,14	(+) 180.026,36
TOTAIS	(+) 9.423.878,88	(-) 510.999,08	(+) 8.912.879,80

As imparidades consideradas a 31 de Dezembro de 2018 devem-se a evidências objectivas de dificuldades financeiras dos respectivos devedores.

29.12 | QUANTIA DE PERDAS POR IMPARIDADE RECONHECIDAS PARA CADA UMA DAS CLASSES DE ACTIVOS FINANCEIROS

Imparidades reconhecidas	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Em dívidas a receber					
Clientes	454.639,52	103.463,82	0,00	145.232,95	412.870,39
Outros devedores	98.567,84	265,59	0,00	704,74	98.128,69
TOTAIS	553.207,36	103.729,41	0,00	145.937,69	510.999,08

→

Os principais motivos que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade identificadas no quadro acima, foram:

- EXISTÊNCIA DE CRÉDITOS EM SITUAÇÃO DE MORA
- EXISTÊNCIA DE CRÉDITOS EM SITUAÇÃO DE CONTENCIOSO
- EXISTÊNCIA DE CRÉDITOS EM SITUAÇÃO DE PER
- TENTATIVAS FRUSTRADAS NAS OPERAÇÕES DE COBRANÇA

As reversões de perdas por imparidade, reconhecidas no exercício e constantes do quadro acima, aconteceram porque conseguimos cobrar créditos para os quais reconhecemos perdas por imparidade em exercícios anteriores e, também, porque o PER apresentado por dois devedores contempla o pagamento integral dos créditos detidos pela n/firma.

29.16 | ACÇÕES REPRESENTATIVAS DO CAPITAL SOCIAL

A 31 de Dezembro de 2018 a empresa detinha um capital social de **2.000.000,00 euros**, totalmente realizado, representado pela emissão de **400.000 acções** ordinárias nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada. Não existem quaisquer direitos preferenciais, nem restrições, associados à distribuição de dividendos ou ao exercício do direito de voto. Não existem acções próprias.

29.23 | INVESTIMENTOS FINANCEIROS (CONTA 41)

Investimentos financeiros	31/12/2018
41.41 Participações de capital:	
CCAM Albergaria = 1.693 títulos de capital x 5 euros	8.465,00
PORTUCEL = 10.000 acções x 1,43 euros	14.300,00
CENTRO PINUS = 3 un. de participação x 498,80 euros	1.496,40
NORGARANTE = 13.430 acções x 1 euro	13.430,00
LISGARANTE = 2.500 acções x 1 euro	2.500,00
AGROGARANTE = 31.910 acções x 1 euro	31.910,00
AC. GARVAL = 2.500 acções x 1 euro	2.500,00
Subtotal	74.601,40
41.42 Empréstimos concedidos:	
SEMA – Associação Empresarial = 1 título de empréstimo	500,00
Subtotal	500,00
41.51 Fundo Compensação do Trabalho (FCT)	1.531,05
Subtotal	1.531,05
TOTAL	76.632,45

Estes investimentos estão registados ao custo de aquisição e permaneceram inalterados ao longo de 2018, com excepção do investimento no Fundo de Compensação do Trabalho que sofreu um aumento de 466,20 euros e do investimento na NOR-GARANTE que baixou 10.000,00 euros.

- Declaramos que o total dos honorários facturados durante 2018 pelo Revisor Oficial de Contas foi de 13.152,00 euros.
- Declaramos que não existe qualquer dívida em mora ao sector **Estado e Outros Entes Públicos**, nomeadamente à Segurança Social e ao Estado.
- De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, informamos de que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.
- Não se registaram factos ambientais, nem laborais, dignos de relevância.
- Não foram executadas quaisquer actividades de investigação e desenvolvimento.
- O imposto (IRC) não pago em 2018, em função dos benefícios fiscais reconhecidos no período, cifrou-se em 645,91 euros = 2.909,52 euros x (21% + 1,2%)

32.2

**RENDIMENTOS E GASTOS CUJA DIMENSÃO OU INCIDÊNCIA SÃO EXCEPCIONAIS,
VERIFICADOS NO EXERCÍCIO**

	Conta	Valor
Rendimentos:		
Bónus a receber de clientes	78.86	1.372.500,84
Gastos:		
Serviços bancários	68.885	33.602,06

32.4

A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS CONSTA DO RELATÓRIO DE GESTÃO.

32.6.1 | ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (CONTA 24)

Rubricas		31/12/2018	31/12/2017
Imposto sobre o rendimento	(24.1)	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(24.3)	396.697,08	410.447,33
TOTAL DO ACTIVO		396.697,08	410.447,33
Imposto sobre o rendimento	(24.1)	16.767,08	38.123,87
Retenção de impostos sobre rendimentos	(24.2)	18.669,35	10.032,73
Contribuições para a Segurança Social	(24.5)	18.253,46	12.447,83
Outras tributações	(24.8)	71,30	31,35
TOTAL DO PASSIVO		53.761,19	60.635,78

32.6.2 | DIFERIMENTOS

Rubricas		31/12/2018	31/12/2017
Gastos a reconhecer:			
Prémios de seguro	(28.11)	2.278,86	1.717,02
Outros encargos	(28.19)	443.017,32	437.974,16
TOTAL		445.296,18	439.691,18

Na rubrica “**Outros encargos**”, conta 28.19, foram registadas várias liquidações de IVA, apuradas pela Autoridade Tributária nos anos de 2015, 2016 e 2017, num total de 433.430,99 euros. Perante esta realidade, a n/firma recorreu judicialmente e, nesta conformidade, criou a **Provisão para Impostos** no mesmo montante.

32.6.3 | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (CONTA 62)

Rubricas	2018	2017
Trabalhos especializados	118.378,71	102.479,13
Publicidade e propaganda	8.286,72	33.007,29
Vigilância e segurança	150,00	0,00
Honorários	105.969,88	110.318,76
Conservação e reparação	19.568,08	20.174,54
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	760,58	0,00
Livros e documentação técnica	238,00	738,00
Material de escritório	25.330,97	23.395,04
Artigos para oferta	7.305,71	3.819,83
Electricidade	6.226,87	6.603,55
Combustíveis	24.036,22	20.477,31
Água	1.137,68	745,01
Deslocações e estadas	21.343,61	23.052,98
Rendas e alugueres	2.003,05	1.508,44
Comunicação	14.944,90	15.034,00
Seguros	6.319,48	6.464,49
Contencioso e notariado	684,90	2.057,00
Despesas de representação	51.636,53	39.401,41
Limpeza, higiene e conforto	635,48	961,77
Outros serviços	12.278,40	18.365,47
TOTAL	427.235,77	428.604,02

32.6.4 | GASTOS COM O PESSOAL (CONTA 63)

Rubricas	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	98.030,00	72.660,00
Remunerações do pessoal	234.425,00	199.449,00
Encargos sobre remunerações	72.587,07	57.950,33
Seguro de acidentes no trabalho	5.173,33	4.908,35
Gastos de acção social	603,61	0,00
Outros gastos com o pessoal	912,00	1.763,90
TOTAL	411.731,01	336.731,58

32.6.5 | OUTROS GASTOS (CONTA 68)

Rubricas	2018	2017
Impostos	11.373,61	10.572,35
Descontos de pronto pagamento concedidos	1,59	14.186,80
Créditos incobráveis	0,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00
Donativos	9.910,00	8.247,49
Quotizações	4.229,04	4.259,04
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,00
Multas e penalidades	300,00	250,00
Serviços bancários	33.602,06	21.087,74
TOTAL	59.416,30	58.603,42

32.6.6 | OUTROS RENDIMENTOS (CONTA 78)

Rubricas	2018	2017
Descontos de pronto pagamento obtidos	105,35	23,80
Recuperação de dívidas a receber	1.015,80	41,82
Alienações de activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Rendas	3.000,00	47.500,00
Excesso da estimativa para impostos	36,09	242,48
Bónus a receber de clientes	1.372.500,84	941.005,66
Outros não especificados	0,00	3.801,74
TOTAL	1.376.658,08	992.615,50

32.6.7 | DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (CONTA 61) EM 31/12/2018

Movimentos	Mercadorias	Activos biológicos
Existências iniciais	0,00	0,00
Compras	51.137.803,80	0,00
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00
Gastos no exercício	51.137.803,80	0,00

32.6.8 | DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO (CONTA 73) EM 31/12/2018

Movimentos	Activos biológicos
Existências finais	146.587,84
Regularização de existências	0,00
Existências iniciais	181.787,23
Reduções no exercício	35.199,39

32.6.9 | JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES (CONTA 79)

Rubricas	2018	2017
Juros de depósitos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	2.789,40	3.486,80
TOTAL	2.789,40	3.486,80

32.6.10 | GASTOS DE FINANCIAMENTO (CONTA 69)

Rubricas	2018	2017
Juros de financiamentos obtidos	126.133,50	167.152,68

32.6.11 | OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR (CONTA 27) EM 31/12/2018

Rubricas	Saldos devedores	Saldos Credores
Devedores p/acrécimos de rendimentos	1.384.054,72	
Remunerações a liquidar		67.035,73
Juros a liquidar		7.448,21
Outros acréscimos de gastos		13.057,86
Outros devedores e credores	0,00	0,00
TOTAL	1.384.054,72	87.541,80

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (RUBRICA DO BALANÇO: ACTIVO CORRENTE)

Rubricas	Saldos devedores	Imparidades	Saldos líquidos
Adiantamentos a fornecedores (22.8)	207.882,50	27.856,14	180.026,36
Saldos devedores de fornecedores (22.11)	71.697,65	70.272,55	1.425,10
Devedores por acréscimos de rendim. (27.21)	1.384.054,72	0,00	1.384.054,72
TOTAL	1.663.634,87	98.128,69	1.565.506,18

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (RUBRICA DO BALANÇO: PASSIVO CORRENTE)

Rubricas	Saldos credores
Credores por acréscimos de gastos (27.22)	87.541,80
Lucros disponíveis em 2018 (26.525)	890,33
TOTAL	88.432,13

32.6.12 | GARANTIAS PRESTADAS

Banco/Beneficiário	Descrição	Valor
Banco Santander	Garantia pessoal	3.999.999
Banco BPI	Garantia pessoal	1.750.000
Millennium BCP	Garantia pessoal	387.200
Caixa de Crédito Agrícola de Albergaria	Garantia pessoal	3.000.000
Banco BIC	Garantia pessoal	600.000
Montepio	Garantia pessoal	500.000
TOTAL		10.237.199

33 > DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

33.1
A RESPOSTA, EM PARTE, FOI DADA NO PONTO 22.2 (RÉDITO). COMPLEMENTARMENTE, INFORMAMOS QUE A TOTALIDADE DOS NEGÓCIOS DA EMPRESA EM 2018 FOI REALIZADA NO MERCADO NACIONAL E INSERIDA NO CAE 46731 – COMÉRCIO POR GROSSO DE MADEIRA EM BRUTO.

33.2
TEMOS A REFERIR OS HONORÁRIOS PAGOS AO REVISOR OFICIAL DE CONTAS NO ANO DE 2018, NO MONTANTE DE 13.152,00 EUROS.

NOTA FINAL Quanto aos itens não respondidos neste Anexo, nada de relevante há a assinalar.

Albergaria-a-Velha, 28 de Fevereiro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO
António Augusto Jesus Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Armando Mendes Loureiro
António Augusto Amaral Loureiro e Santos
Hernâni da Seca Martins Pereira
João Vicente Lourenço
Maria Madalena Videira Pinheiro

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Em conformidade com a legislação em vigor e com Estatutos da sociedade, vimos submeter à apreciação dos Senhores Acionistas, o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2018 de UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A., os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Relatório

No decorrer deste exercício acompanhámos com regularidade a evolução das operações e investimentos da Empresa e procedemos às verificações que considerámos necessárias ao desempenho das funções que nos estão confiadas. Efetuamos reuniões trimestrais conjuntas com o Conselho de Administração, tendo sempre obtido por partes desde Conselho e dos serviços, os esclarecimentos solicitados.

Analisamos os documentos apresentados pelo Conselho de Administração, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados por natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respetivos Anexos.

Apreciamos a Relatório do Revisor Oficial de Contas que integra este conselho. Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas, cujo teor estamos de acordo.

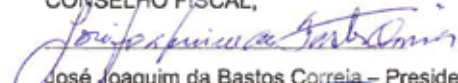
Parecer

Face ao exposto, somos de Parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração e Colaboradores, pelo esforço e dedicação demonstrados no desempenho das suas funções.

Albergaria-a-Velha, 22 de Março de 2019

CONSELHO FISCAL,


José Joaquim da Bastos Correia – Presidente


Manuel F. Pedrosa Rei – Vogal


Lurdes Susana Mendes Amorim – Revisor Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A, que compreendem o balanço em 31/12/2018 (que evidencia um total de 13.488.738,50 euros e um total de capital próprio de 4.726.923,37 euros, incluindo um resultado líquido de 327.802,65 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A. em 31/12/2018 o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com

1/3

as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

2/3

R. da Ferraria, n.º 74 – 4435-250 Rio Tinto Gondomar | 224803400 - 939400277 | s.amorim.roc@gmail.com

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

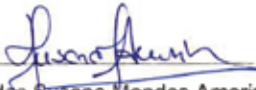
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Gondomar, 22 de Março de 2019


Lurdes Susana Mendes Amorim
Revisor Oficial de Contas n.º 1671

3/3



**A FLORESTA É UM BEM PRECIOSO
QUE TEMOS DE SABER CUIDAR**

A close-up photograph of a pine tree's branches, showing vibrant green needles and small, developing cones. The background is dark and out of focus. The URL 'unimadeiras.pt' is centered in the middle of the image.

unimadeiras.pt